Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA A SEGUNDA-FEIRA, 10, 11, 12 E 13 DE ABRIL DE 2020 Nº 24.642 Preço banca: R$ 3,50

# Inflação oficial fica em 0,07% em março, diz IBGE

## Bruno Covas anuncia uso da cloroquina no tratamento da covid-19

Página 2

## Renda mínima emergencial pode beneficiar mais de 20% da população

Página 3

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,07% em março deste ano. Este é o menor resultado para um mês de março desde o início do Plano Real, em 1994. A taxa também ficou abaixo da registrada em fevereiro deste ano (0,25%).

Segundo dados divulgados na quinta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumula taxas de 0,53% no ano e de 3,3% em 12 meses.

Vale destacar que o IBGE suspendeu a coleta de preços de forma presencial no dia 18 de março, devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19). A partir dessa data, os preços passaram a ser coletados pela internet, telefone e e-mail.

Em março, a maior alta foi observada no grupo alimentação e bebidas (1,13%), devido à alta de preços de itens como ovo de galinha (4,67%), a batata-inglesa (8,16%), o tomate (15,74%), a cebola (20,31%) e a cenoura (20,39%). Página 3

## *Planos de saúde manterão atendimento de inadimplentes*

Página 4

## *Caixa anuncia 6 meses de carência em novos financiamentos imobiliários*

Página 3

## *Dólar fecha abaixo de R$ 5,10 pela primeira vez em duas semanas*

Em reação à desaceleração de casos do novo coronavírus em diversos países da Europa e em algumas regiões norte-americanas, o dólar caiu para o menor nível em duas semanas. A bolsa de valores caiu depois de três altas seguidas, mas fechou a semana com alta de 12%. Mesmo assim, o dólar comercial encerrou a quinta-feira (9) vendido a R$ 5,091, com recuo de R$ 0,053 (-1,02%).

A moeda chegou a operar em alta nos primeiros minutos de negociação, mas reverteu a tendência ainda durante a manhã. Na mínima do dia, por volta das 12h, a cotação chegou a atingir R$ 5,05. A cotação está no menor nível desde 26 de março, quando tinha fechado em R$ 4,996.

O Banco Central (BC) interveio no mercado. A autoridade monetária não vendeu dólares das reservas internacionais na quinta-feira, mas leiloou US$ 297 milhões em contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro. Em 2020, o dólar comercial acumula alta de 26,85%. (Agencia Brasil)

## Bernie Sanders desiste da corrida à Casa Branca

O senador Bernie Sanders vai suspender a campanha para a nomeação presidencial pelos democratas. Com esta decisão, Joe Biden, que foi vice-presidente de Barack Obama, fica com caminho livre para ser o próximo adversário de Donald Trump, atual presidente dos Estados unidos (EUA).

O anúncio desta decisão foi feito pelo próprio senador, adianta a CNN, numa chamada para a sua equipa de campanha.

O senador do Vermont termina assim a segunda tentativa de se tornar no próximo presidente dos EUA, depois de em 2016 ter também falhado a oportunidade ao perder a nomeação democrata para Hillary Clinton.

Com esta decisão, que vai ser oficialmente transmitida aos seus apoiantes esta tarde, Bernie Sanders abre espaço para a nomeação de Joe Biden como candidato pelo partido Democrata nas próximas presidenciais.

Apesar de ter tido um arranque promissor nesta nomeação presidencial, Sanders não resistiu às fortes derrotas que sofreu na Carolina do Sul no final de fevereiro e noutros Estados cruciais como o Michigan e Florida. (Agencia Brasil)

## Distância de 1,5 metro é pequena para conter contágio, alerta estudo

Um estudo divulgado na quinta-feira (9) alerta que a distância social de 1,5 metro, recomendada pelas autoridades de saúde, é insuficiente para impedir o contágio por covid-19 e que essa distância deve ser de pelo menos quatro metros.

Os valores sugeridos no estudo, feito por pesquisadores e engenheiros especializados em dinâmica de fluidos, das universidades de Leuven, na Bélgica, e Eindhoven, na Holanda, baseiam-se em simulações de como as partículas de saliva se soltam quando as pessoas estão paradas, caminhando, correndo ou andando de bicicleta. Página 3

**DÓLAR**

**Comercial**
**Compra:** 5,08
**Venda:** 5,09

**Turismo**
**Compra:** 5,07
**Venda:** 5,38

**EURO**
**Compra:** 5,57
**Venda:** 5,57

## Brasil registra 941 mortes desde início de pandemia

Foto: Marcello Casal Jr - ABR

**Os** *secretários de Vigilância em Saúde, Wanderson Kleber de Oliveira e executivo do Ministério da Saúde, João Gabbardo dos Reis*

O número de mortes decorrentes do novo coronavírus (covid-19) totalizou 941, segundo atualização divulgada pelo Ministério da Saúde na quinta-feira (9). O resultado marca um aumento de 17% em relação a ontem, quando foram registrados 800 óbitos. São Paulo concentra o maior número, com mais da metade do número de mortes (495). Página 4

## Esporte

## Pilotos de destaque do kartismo mundial disputam final de torneio virtual de F3

Torneio virtual internacional de F3 focando nos kartistas do WSK, o SIM Racing Karters Championship terá sua final disputada neste domingo (12). Com três etapas restantes, o campeonato conta com 70 pilotos inscritos de 20 nacionalidades diferentes e simula corridas em oito dos principais traçados do automobilismo mundial, inclusive com Interlagos.

Piloto da Sauber Karting Team, o jovem Miguel Costa é o melhor brasileiro na competição até o momento e vem se destacando por se manter no pelotão da frente nas corridas. Para o piloto de 11 anos o período de quarentena tem sido de bastante aprendizado na competição virtual.

"É um torneio muito importante para todos os pilotos e também é bem divertido. Esse momento que estamos passando é complicado e um campeonato como esse ajuda a nos mantermos em ritmo de competição na quarentena, além de ser uma preparação para os torneios de F3, um dos carros que pretendo guiar na pista daqui há alguns anos", diz Costa.

Campeão Italiano de Kart entre os rookies em 2019, Miguel acredita que o simulador ajuda bastante os competidores em qualquer categoria. O piloto é o mais jovem representante brasileiro em uma academia internacional ligada com um time da F1 (Alfa Romeo).

"O trabalho nunca pode parar, estou focado em me preparar ao máximo enquanto o calendário de corridas não volta. O simulador é a melhor saída para um piloto que precisa ficar em casa e depois desse período espero voltar mais forte do que nunca disputando vitórias no kartismo da Itália", diz Miguel.

O jovem piloto teve seus primeiros anos no kartismo competindo nos EUA, vencendo diversas competições na Flórida. Miguel também acumulou bons resultados no Mundial ROK de Kart em 2018 e 2019, ano que também começou a competir na Itália.

As três etapas restantes do SIM Racing Karters Championship estão marcadas para os próximos dias. Na quinta-feira (9), a sexta etapa do torneio foi no circuito de Spa-Francorchamps, na Bélgica, enquanto a penúltima etapa acontecerá no sábado (11) no circuito de Sebring (EUA). A final será no domingo (12) em Silverstone.

## Novos índices olímpicos só serão aceitos a partir de 1º de dezembro

A World Athletics (ex-IAAF) anunciou que nenhuma marca obtida no período de 6 de abril a 30 de novembro deste ano será reconhecida como índice para os Jogos Olímpicos de Tóquio, marcados para começar em julho de 2021. A decisão foi tomada pela entidade após consulta à Comissão de Atletas, presidentes de área e Conselho Executivo da WA.

Os resultados continuarão a ser registrados para fins estatísticos, inclusive para registros mundiais. Os resultados não serão usados, porém, para estabelecer o status de qualificação de um atleta.

Desta forma, o período de classificação olímpica reinicia no dia 1º de dezembro e continuará para o novo prazo de qualificação em 2021, definido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Os atletas que atingiram as marcas mínimas desde o início do período de qualificação em 2019 permanecem qualificados e serão elegíveis para seleção por suas respectivas Federações e Comitês Olímpicos Nacionais.

O presidente da World Athletics, Sebastian Coe, deu um depoimento. "Sou grato pelo trabalho detalhado feito pela Comissão e Conselho de Atletas, que acreditam que a suspensão da qualificação olímpica durante esse período oferece mais segurança para o planejamento e a preparação dos atletas e é a melhor maneira de dar justiça no que se espera ser a distribuição desigual de oportunidades de competição em todo o mundo para atletas, diante dos desafios das viagens internacionais e das restrições de fronteiras dos governos."

**Os novos e os antigos períodos de obtenção de índice:**

Maratona e marcha atlética 50 km: 1º de dezembro de 2020 a 31 de maio de 2021 – de 1º de janeiro de 2019 a 5 de abril de 2020; 10.000 m, 20 km marcha atlética e provas combinadas: 1º de dezembro de 2020 a 29 de junho de 2021 – de 1º de janeiro de 2019 a 5 de abril de 2020; Todas as outras provas: 1º de dezembro de 2020 a 29 de junho de 2021 – de 1º de maio de 2019 a 5 de abril de 2020.

Os novos prazos divulgados pela WA serão válidos também para registros para o Ranking Mundial. A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

SUV Volvo blindado

autojornal
o dia a dia motorizado

# Governo de SP apresenta Sistema de Monitoramento Inteligente

O Governador João Doria apresentou na quinta-feira (9) o Simi-SP (Sistema de Monitoramento Inteligente de São Paulo) para prevenção e combate ao coronavírus. A parceria com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM usa dados digitais para medir a adesão à quarentena em todo o Estado e também envia mensagens de alerta para regiões com maior incidência da COVID-19.

"Com 100% dos usuários de telefonia celular em São Paulo, nós podemos identificar os locais onde as pessoas estarão e onde houver concentração para analisar o percentual de isolamento e também ações de orientação e advertência, se necessário", afirmou o Governador. Doria também fez agradecimentos às direções das quatro operadoras pela parceria sem ônus ao Estado.

Com o Simi-SP, o Governo de São Paulo pode consultar informações georreferenciadas de mobilidade urbana em tempo real nos municípios paulistas. Para garantir a privacidade de cada cidadão, o monitoramento é feito com base em dados coletivos coletados em aglomerados a partir de 30 mil pessoas.

O cruzamento dos dados das operadoras e dos registros de serviços de saúde permite que o Governo de São Paulo envie mensagens de texto para a população. Os alertas informam se a pessoa está em uma região com índices elevados de casos da COVID-19 – por exemplo, a Grande São Paulo – e um link com informações sobre a importância de medidas de higienização e da quarentena.

O Simi-SP também identifica locais com maior concentração de pessoas em pontos estratégicos das cidades. A análise de isolamento social é mapeada em municípios com mais de 30 mil habitantes e também nos bairros de cidades mais populosas por meio de um índice de deslocamento populacional.

O monitoramento é feito em um gabinete de mapeamento digital montado no Palácio dos Bandeirantes. As informações serão apresentadas em um modelo de "mapa de calor" que indica mais ou menos concentração populacional por localidade e também em diferentes períodos.

A análise estratégica digital indica tendências de deslocamento e aponta a eficácia da quarentena em vigor desde 24 de março. A adesão considerada ideal para controlar a disseminação da COVID-19 é a partir de 70%. Na última quarta (8), o índice estadual era de apenas 49%, enquanto na capital a taxa só atingiu 51%.

"Nossas taxas estão bem abaixo das médias dos países que aplicaram a quarentena, todos chegam entre 70% e 80% em algum momento, e a gente nunca passou de 60%", disse a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen.

Os dados do isolamento em todas as regiões de São Paulo serão divulgados em um boletim diário. O relatório vai apontar as cidades e regiões com mais ou menos adesão à quarentena e reforço em campanhas de conscientização. "Não é hora de relaxar, é hora de salvar vidas. Não saia de casa", concluiu o Governador.

## CESAR NETO

www.cesarneto.com

**MÍDIAS**

**Jornalista desde 1990, CESAR NETO tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Tornou-se referência também na INTERNET, pelo site www.cesarneto.com e no TWITTER, pela conta @CesarNetoReal ... EMAIL cesar@cesarneto.com**

.

**CÂMARA (SP)**

Bancada dos vereadores, das igrejas católicas, protestantes (evangélicas) e espíritas (mix de mesa branca com ritos afros) tá bem preocupada com a 1ª Páscoa (cristianizada) na qual a Pandemia do COVID-19 pode afastar até votos dos fiéis (se houver eleições)

.

**PREFEITURA (SP)**

O católico Bruno Covas (PSDB), reza por um milagre (da Páscoa Cristianizada), porque com o aumento do movimento que rolou ontem (carros e gente nas periferias e centro expandido) antecipou que usará Cloroquina no tratamento do COVID-19 em São Paulo

.

**ASSEMBLEIA (SP)**

Faleceu - vítima do COVID-19 - o ex-deputado e ex-presidente (1993 - 1995) Vitor Sapienza. Fiscal de Renda (Estado SP), naquela época Vitor estava no PMDB e contrariando as lógicas da política era suplente até 1992. Os demais mandatos foram no PPS (hoje Cidadania)

.

**GOVERNO (SP)**

O católico João Doria (dono do PSDB 'liberal de centro') não contava com o milagre (da Páscoa Cristianizada) : com COVID-19 e tudo, FHC dizendo que hoje o Doria é 'o cara' pra disputar a Presidência 2022 e que o PT perde. Será um milagre da queda do velho muro ?

.

**CONGRESSO (BR)**

Se tem um Poder que realiza 'milagres terrestres' todos os dias - inclusive no recessos e agora pelas votações do 'VAR' na política brasileira - é o Legislativo brasileiro. A pandemia COVID-19 só aumentou os 'poderes paralelos' que um dia Bolsonaro foi participante

.

**PRESIDÊNCIA (BR)**

Mix de católico familiar com 'protestante evangélico' político, a Páscoa do Bolsonaro (ainda sem partido) agregou-lhe mais um milagre, agora de sobrevida política: O Conselho Federal de Medicina aceitou o uso da Cloroquina desde os casos leves da COVID-19

.

**PARTIDOS (BR)**

O PT (ainda do Lula) segue perdendo apoios católicos e não achando apoios protestantes (evangélicos). Na cidade de São Paulo, isso fica cada vez mais claro. O COVID-19 não dá margem - nem na Páscoa cristianizada - pra tal milagre. Ele mata também na política

.

**JUSTIÇAS (BR)**

Católicos, protestantes (evangélicos) e espíritas no Supremo - que constitucionalmente dizem que "O Estado é Laico" - se dão ao luxo de falar enquanto Deuses do Olimpo Jurídico. Afinal, eles - e elas - estão bem acima do "Teto da Verdade", que era do Ministério Público

.

**HISTÓRIAS (BR)**

Médico (dos Presidentes), que tomou medicações - com Cloroquina - contra a COVID-19, Roberto Kalil é filho de Guiomar Kalil. Ela foi casada com Adhemarzinho de Barros (falecido), que foi deputado federal (SP), filho do governador (SP) Adhemar de Barros (falecido)

Email:**cesar@cesarneto.com**

# São Paulo deve realocar enfermeiros de grupo de risco

A juíza Alexandra Fuchs de Araujo, da 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, determinou que o governo do estado realoque para funções com menos risco de contágio por coronavírus enfermeiros que fazem parte dos grupos de risco. A decisão, liminar, é válida para gestantes, lactantes, idosos, hipertensos, cardíacos, asmáticos, doentes renais e com deficiência respiratória. Todos que estejam sem os equipamentos de proteção devem trabalhar em posições de menos exposição.

A juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública determinou ainda que os enfermeiros que tiveram que comprar por conta própria equipamentos de proteção individual (EPI) sejam ressarcidos pelo governo estadual.

A liminar atende a um pedido do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo (Seesp). A entidade entrou com uma ação alegando que apesar da categoria estar em contato direto com pacientes com coronavírus, o governo estadual não tem fornecido os equipamentos de proteção adequados.

A magistrada reconheceu que o momento não é de normalidade, porém, ressaltou que os profissionais do grupo de risco ao trabalharem diretamente com os pacientes sem os equipamentos necessários estão expostos a um perigo excessivo. "Seria o mesmo que exigir de um ser humano que permaneça na frente de um carro enquanto o condutor está com vendas nos olhos, submetendo-se voluntariamente ao muito provável resultado morte. Não é uma conduta exigível, do ponto de vista ético".

**Outro lado**

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo informou que os equipamentos de proteção se esgotaram e que muitos dos materiais estão em falta no mercado devido à crise gerada pela pandemia. Ainda segundo o governo estadual, não seria adequado nessa situação afastar profissionais, especialmente os mais experientes. (Agencia Brasil)

# Isolamento social em SP é de 50%, aponta Sistema de Monitoramento Inteligente

O Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP) do Governo de São Paulo mostra que o percentual de isolamento social no Estado foi de 50% na quarta-feira (8). Segundo o coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, o médico infectologista David Uip, a adesão ideal para controlar a disseminação da COVID-19 é de 70%. Dessa forma, o número de leitos disponíveis no sistema de saúde será suficiente para atender a população.

A central de inteligência analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social. Com isso, é possível apontar em quais regiões as taxas de adesão à quarentena são maiores e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras.

O SIMI-SP é viabilizado por meio de acordo com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM para que o Estado possa consultar informações agregadas sobre deslocamento nos 645 municípios paulistas. As informações são reunidas em aglomerados populacionais, com respeito à privacidade de cada usuário. Os dados de georreferenciamento servirão para aprimorar as medidas de isolamento social no enfrentamento ao coronavírus.

# USP: Modelo de viseira de proteção é produzido por indústrias no combate à COVID-19

Máscaras do tipo face shield se tornaram um equipamento de máxima importância para agentes de saúde que atuam na linha de frente do combate à COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus. Esses dispositivos, semelhantes às viseiras de capacetes de motociclistas, constituem uma primeira barreira física que protege médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas e outros profissionais do contato com as gotículas infectadas pelos vírus exaladas pelos pacientes. Por baixo delas, é necessário usar as máscaras convencionais.

A necessidade de produzir rapidamente máscaras face shield em grande escala mobilizou vários grupos que trabalham com manufatura aditiva, que utiliza impressão 3D e técnica denominada FFF (fused filament fabrication). Conectados pelas mídias digitais, esses grupos formaram uma rede mundial nas duas últimas semanas e já estão fornecendo máscaras a partir do modelo "Prusa", um design de uso livre criado pelo inventor tcheco Josef Prusa.

Um dos integrantes dessa rede é o Grupo de Pesquisa em Manufatura Aditiva e Design for Assistive Tecnology, coordenado por Zilda de Castro Silveira, professora do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (EESC-USP), e pesquisadora do Núcleo de Manufatura Avançada (NUMA).

O NUMA conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por meio do Projeto Temático "Estudo, desenvolvimento e aplicação de processo híbrido: Manufatura Aditiva (Ma) + High Speed Machining/ Grinding (HSM/G)", coordenado pelo professor Reginaldo Teixeira Coelho. O núcleo também participa da iniciativa o Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

"Em nossa primeira semana de trabalho, produzimos 210 máscaras face shield para a Santa Casa de São Carlos. Esse movimento rápido e intensivo impulsionou a indústria de plásticos a adotar o mesmo modelo de projeto para atender em larga escala a demanda dos hospitais", diz Zilda de Castro Silveira à Agência Fapesp.

**Entrega**

Segundo a pesquisadora, empresas de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, filiadas à Associação Brasileira da Indústria de Ferramentais (Abinfer), começaram a produzir as face shield nesta semana. A expectativa é que sejam entregues 400 mil máscaras para o Ministério da Saúde na próxima semana. "Para isso, estamos dando todo o nosso apoio", afirma a pesquisadora.

Uma das questões relacionadas a peças impressas por 3D é a porosidade. "Devido à estruturação física das peças, camada por camada, os objetos fabricados por técnicas aditivas possuem porosidade maior do que aqueles produzidos por técnicas convencionais. Isso não compromete a função de barreira física da peça, mas a torna mais vulnerável à contaminação", ressalta Silveira.

"Para reduzir o problema, aplicamos acetona, que, por reação química, auxilia na redução da porosidade superficial. E, para reforçar a descontaminação, foram conduzidos, junto com a Santa Casa e a empresa Sterileno, testes de esterilização com peróxido de hidrogênio [$H_2O_2$], que se mostrou eficiente. Dessa forma, esse procedimento de desinfecção foi adotado pela Santa Casa para esterilização das máscaras face shields", completa.

As instituições que receberem as peças fabricadas pelas indústrias poderão aplicar esse mesmo procedimento – a esterilização com peróxido de hidrogênio – para reutilizar as máscaras após cada uso.

# Bruno Covas anuncia uso da cloroquina no tratamento de covid-19

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, anunciou na quinta-feira (9) que a Secretaria Municipal da Saúde vai incluir a cloroquina como uma das formas de tratamento para o coronavírus nos hospitais municipais. No entanto, lembrou que o uso da substância só é autorizado para pacientes internados e sob duas condições, quando houver prescrição do médico e desde que o uso seja autorizado formalmente pelo paciente ou por sua família.

"Já determinei à Secretaria de Saúde para que ela possa adquirir mais desse material. Temos hoje 6 mil cápsulas à disposição. Como cada paciente precisa de seis, já temos medicamentos para tratar mil pessoas que estejam internadas", disse o prefeito.

"Ainda não é possível ser uma política pública porque não temos ainda pesquisas concluídas [sobre a eficiência do medicamento]. Mas havendo prescrição do médico e a concordância do paciente, a secretaria passou a integrar esse medicamento no protocolo de atendimento da covid-19", disse Covas.

**Infectologista**

Na quarta-feira (8), em entrevista coletiva, o infectologista David Uip, coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, disse que o uso da cloroquina deve ser feito com muito cuidado, já que se trata de um medicamento com efeitos colaterais. "A cloroquina está indicada para pacientes internados, desde que prescrita pelos médicos com aceite formal assinado pelo paciente. Temos enorme experiência com a cloroquina. Ela é usada há muitos anos no tratamento da malária. É uma droga importante, mas com efeitos colaterais, não desprezíveis. Ela deve ser utilizada sob prescrição e observação médica", disse Uip, ressaltando que sua eficiência ainda foi comprovada cientificamente.

Também na quarta-feira, o secretário estadual da Saúde, José Henrique Germann, disse que São Paulo já recebeu 200 mil comprimidos de cloroquina, que estão sendo distribuídos para uso nos hospitais públicos. (Agencia Brasil)

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade:** Diária
**Exemplar do dia**: R$ 3,00

**Jornalista Responsável**
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

**Assinatura on-line**
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

**Publicidade Legal**
**Balanços, Atas e Convocações**
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
**Telefone: 3832-4488**

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

***Lembre sempre de lavar as mãos***

# Inflação oficial fica em 0,07% em março, diz IBGE

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,07% em março deste ano. Este é o menor resultado para um mês de março desde o início do Plano Real, em 1994. A taxa também ficou abaixo da registrada em fevereiro deste ano (0,25%).

Segundo dados divulgados na quinta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumula taxas de 0,53% no ano e de 3,3% em 12 meses. Vale destacar que o IBGE suspendeu a coleta de preços de forma presencial no dia 18 de março, devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19). A partir dessa data, os preços passaram a ser coletados pela internet, telefone e e-mail.

Em março, a maior alta foi observada no grupo alimentação e bebidas (1,13%), devido à alta de preços de itens como ovo de galinha (4,67%), a batata-inglesa (8,16%), o tomate (15,74%), a cebola (20,31%) e a cenoura (20,39%).

Também tiveram inflação os grupos educação (0,59%), vestuário (0,21%), saúde e cuidados pessoais (0,23%), habitação (0,13%) e comunicação (0,04%).

Por outro lado, os transportes tiveram deflação (queda de preços) de 0,90% e ajudaram a frear a inflação. O comportamento do grupo foi influenciado pela queda de preços de itens como passagens aéreas (-16,75%), etanol (-2,82%), óleo diesel (-2,55%), gasolina (-1,75%) e gás veicular (-0,78%).

Também tiveram deflação os artigos de residência (-1,08%) e as despesas pessoais (-0,23%). (Agencia Brasil)

# Renda mínima emergencial pode beneficiar mais de 20% da população

A renda mínima emergencial que será concedida devido aos efeitos econômicos da pandemia de coronavírus poderá atender 20,4% da população brasileira, segundo estimativa feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com o levantamento 42,3 milhões de pessoas podem ser beneficiadas.

Benefício pago a trabalhadores informais de baixa renda e inscritos no Bolsa Família, a renda básica emergencial de R$ 600 ou de R$ 1,2 mil para mães solteiras será depositada de forma automática para quem já está no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) a partir da quinta-feira (9) e tem conta no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Os demais trabalhadores terão de se cadastrar no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site Auxílio Caixa e começarão a ser pagos até o dia 14.

**São Paulo**

No estado de São Paulo, o benefício poderá chegar, segundo a estimativa, a 6,6 milhões de pessoas, ou 14,4% da população paulista. Sendo que somente na cidade de São Paulo, 1,6 milhão podem receber o auxílio, 13,1% dos que vivem na capital.

**Nordeste**

No Maranhão, o benefício poderá chegar a 29,6% de toda a população do estado, abrangendo 2,1 milhões de pessoas. Na Bahia, o percentual de atendidos também é semelhante (29,4%), com 4,4 milhões de possíveis beneficiários. Em Alagoas, o número percentual é de 29,9%, o que significa 993 mil atendidos.

No Rio de Janeiro, a estimativa é que o dinheiro possa atender 3,3 milhões de pessoas no estado (19,1% da população). Na capital fluminense, o auxílio pode chegar a 949 mil, ou 14,2% dos que vivem na cidade do Rio de Janeiro.

Foto: Marcello Casal Jr-ABR

No Distrito Federal, a renda emergencial poderá beneficiar 391 mil, o que representa 13,2% dos habitantes de Brasília e das cidades satélites.

**Exigências**

Pelas regras estabelecidas no projeto de auxílio emergencial aprovado pelo Congresso, os trabalhadores deverão cumprir alguns critérios, em conjunto, para ter direito ao benefício, como não ter emprego formal; não receber benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou outro programa de transferência de renda federal, com exceção do Bolsa Família; ter renda familiar mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo (R$ 522,50) ou renda familiar mensal total (tudo o que a família recebe) de até três salários mínimos (R$ 3.135,00); e não ter recebido rendimentos tributáveis, no ano de 2018, acima de R$ 28.559,70. (Agencia Brasil)

# Auxílio emergencial foi pago para 2,5 milhões de pessoas

Cerca de 2,5 milhões de pessoas receberam na quinta-feira (9) a primeira parcela do auxílio emergencial de R$ 600. Na terça-feira (14), será feito o pagamento da primeira parcela para mais 3,5 milhões de pessoas, informou o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, em transmissão ao vivo para anunciar novas medidas relacionadas ao crédito imobiliário. Dos 2,5 milhões com o crédito na conta hoje, 2 milhões receberam os recursos na Caixa e cerca de 500 mil no Banco do Brasil.

A Caixa iniciou o pagamento para quem já está inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e tem conta em um dos dois bancos públicos. Os demais trabalhadores têm que se cadastrar no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site Auxílio Caixa e começarão a ser pagos até o dia 14.

Segundo Guimarães, já foram feitos 28 milhões de cadastros na última terça-feira e quarta-feira (8).

O auxílio emergencial será pago a trabalhadores informais de baixa renda, microempreendedores individuais, contribuintes individuais ou facultativos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a beneficiários do Bolsa Família. A renda básica emergencial será de R$ 600 ou de R$ 1,2 mil para mães solteiras. Quem está no Bolsa Família não precisa se cadastrar e receberá o auxílio emergencial no mesmo dia do pagamento do programa social, que ocorre entre nos últimos dez dias úteis de cada mês. (Agencia Brasil)

# Receita regulariza CPFs com pendências para pagamento de auxílio

A Receita Federal informou na quinta-feira (9) que, em razão do atual estado de calamidade pública e da necessidade de pagamento do auxilio emergencial, foram alterados os procedimentos internos para regularizar os CPFs que apresentavam pendências eleitorais.

Segundo a Receita, foi iniciado na madrugada de hoje o processamento para regularizar os CPFs suspensos por pendências eleitorais. A Receita disse que a regularização não está sendo possível neste momento junto aos cartórios eleitorais pois estão fechados por conta da pandemia da covid-19.

A previsão é que esse processamento se encerre nesta sexta-feira (10). A Receita informou que o reconhecimento pela Caixa da regularização vai depender do tempo de processamento dos sistemas do banco.

**Documento**

O número do CPF é obrigatório para os trabalhadores informais, microempreenderores individuais, autônomos e desempregados que quiserem se inscrever para receber o auxílio emergencial do governo federal, no valor de R$ 600. É com um CPF ativo que a pessoa é identificada na Receita Federal. O trabalhador deverá se cadastrar no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site Auxílio Caixa. (Agencia Brasil)

# Caixa anuncia 6 meses de carência em novos financiamentos imobiliários

A Caixa Econômica Federal anunciou na quinta-feira (9) novas medidas para o mercado de crédito imobiliário, como carência para novos financiamentos, aumento do tempo de pausa nos contratos e renegociação de dívidas, tanto para pessoas físicas quanto para as construtoras. No total, as ações representam R$ 43 bilhões em recursos no mercado imobiliário nos próximos meses. As medidas serão válidas a partir da próxima segunda-feira (13).

Em transmissão ao vivo pela internet, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse que as medidas poderão beneficiar mais de 5 milhões de famílias e preservar cerca de 1,2 milhão de empregos.

Guimarães disse que há um compromisso das construtoras de não demitir, ao renegociar os contratos com o banco. "Não aceitamos demissão. Queremos o maior tipo de proteção para os funcionários. É o equilíbrio entre a questão de preservação de saúde e a questão econômica, que evita as demissões".

A Caixa implementou a pausa de 90 dias no financiamento habitacional, para clientes adimplentes ou com até duas parcelas em atraso, incluindo os contratos em obra.

Segundo Guimarães, quem já pediu dois meses de prorrogação terá a medida ampliada automaticamente para três meses. Ele acrescentou que, se a crise se agravar, a Caixa poderá estender o benefício por mais tempo.

Outra medida é para aqueles clientes que usam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar parte das parcelas do financiamento. A partir de segunda-feira, os clientes do banco poderão pedir a pausa no pagamento da parte não coberta pelo FGTS da prestação, por 90 dias.

Outra opção para os clientes é continuar pagando as parcelas, mas com redução do valor por 90 dias. A medida é válida para clientes adimplentes ou com até duas parcelas em atraso.

A Caixa também oferece carência de 180 dias para contratos de financiamento de imóveis novos.

Aos clientes que constroem com financiamento da Caixa (construção individual) será permitida a liberação antecipada de até duas parcelas, sem a vistoria.

A Caixa anunciou ainda a renegociação de contratos com clientes em atraso entre 61 e 180 dias, permitindo pausa ou pagamento parcial das prestações.

A Caixa anunciou a antecipação de até 20% dos recursos do financiamento à produção de empreendimentos para obras a serem iniciadas.

Há também a possibilidade de antecipação da liberação dos recursos correspondentes a até três meses, limitado a 10% do custo financiado, para obras em andamento e sem atrasos no cronograma.

O banco liberou ainda recursos de financiamento à produção não utilizados pela empresa nos meses anteriores, limitados a 10% do custo financiado.

Outra medida é a implementação da pausa nos contratos de financiamento à produção por 90 dias, para clientes adimplentes ou com até duas parcelas em atraso, incluindo os contratos em obra.

As construtoras também poderão fazer o pagamento parcial da prestação do financiamento, por até 90 dias, para os clientes adimplentes ou com até duas parcelas em atraso.

Será permitida ainda a prorrogação de carência por até 180 dias, para os projetos com obras concluídas e em fase de amortização.

Outra possibilidade é a prorrogação do início das obras por até 180 dias.

A Caixa também passará a admitir a reformulação do cronograma de obra, nos casos de contingências na execução por questões decorrentes da pandemia de covid-19.

Com o objetivo de reduzir os riscos de contaminação e exposição dos clientes e empregados à covid-19, a Caixa ampliou o prazo de vencimento de laudos e avaliações.

O banco recomenda a utilização dos canais digitais, como Internet Banking e App Habitação Caixa, além dos telefones 3004-1105 e 0800 726 0505, opção 7, ou o número 0800 726 8068 para renegociação de contrato. (Agencia Brasil)

## INTERNACIONAL

# Distância de 1,5 metro é pequena para conter contágio, alerta estudo

Um estudo divulgado na quinta-feira (9) alerta que a distância social de 1,5 metro, recomendada pelas autoridades de saúde, é insuficiente para impedir o contágio por covid-19 e que essa distância deve ser de pelo menos quatro metros.

Os valores sugeridos no estudo, feito por pesquisadores e engenheiros especializados em dinâmica de fluidos, das universidades de Leuven, na Bélgica, e Eindhoven, na Holanda, baseiam-se em simulações de como as partículas de saliva se soltam quando as pessoas estão paradas, caminhando, correndo ou andando de bicicleta.

"Se alguém transpira, tosse ou espirra enquanto caminha, corre ou anda de bicicleta, a maioria das micropartículas permanece numa corrente de ar atrás dessa pessoa, o que faz com que outra que venha atrás se mova em meio a essa nuvem de micropartículas", explica Bert Blocken, professor de engenharia civil nas duas universidades.

O estudo constatou que a distância recomendada de 1,5 metro é "muito eficaz" para aqueles que ficam em ambientes fechados ou ao ar livre com bom tempo, mas que é insuficiente para situações em que as pessoas caminham ou praticam esporte.

Segundo os autores do estudo, o risco é maior quando uma pessoa está atrás da outra e é reduzido se estiver andando ou correndo lado a lado ou em formação diagonal.

Ainda assim, os especialistas aconselham que, diante dos cálculos realizados, seja mantida uma distância de 4 ou 5 metros ao andar atrás de outra pessoa, 10 metros ao correr ou andar de bicicleta devagar e de pelo menos 20 metros ao andar rápido.

O novo coronavírus, responsável pela pandemia de covid-19, já infectou mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o mundo, das quais morreram quase 89 mil.

Depois de surgir na China, em dezembro, o surto espalhou-se por todo o mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar situação de pandemia. (Agencia Brasil)

# África tem 48 países com testes e compete com "mundo desenvolvido"

A África tem 48 países com testes para covid-19 e compete com o "mundo desenvolvido" no acesso a kits de diagnóstico e material de proteção, disse na quinta-feira (9) o diretor do Centro de Controle e Prevenção de Doenças da União Africana (África CDC).

John Nkengasong, que falou durante encontro online com jornalistas a partir de Adis Abeba, na Etiópia, destacou "o feito" que a União Africana alcançou ao conseguir que, em duas semanas, o número de países com capacidade de testar a covid-19 passasse de dois para 43, situando-se atualmente em 48.

"Se tivéssemos começado em janeiro, todos os países já teriam essa capacidades de diagnóstico", disse.

Segundo o diretor do África CDC graças à existência desses testes, é possível quantificar hoje o número de infectados no continente.

Ele informou que a África registra atualmente 11.400 casos em 52 países, com 572 mortos e 1.313 recuperados.

Na entrevista, John Nkengasong disse que o continente compete atualmente com "o mundo desenvolvido" no acesso a esses diagnósticos e também a materiais de proteção, como máscaras.

E deixou um recado: "O inimigo é o vírus e um vírus perigoso. Não podemos politizar essa situação, pois seria devastador para nós".

"O inimigo é o vírus e não instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou a União Africana", advertiu.

Virologista de profissão, John Nkengasong admitiu que nunca imaginou que iria viver para assistir a uma situação tão devastadora quanto a pandemia de covid-19.

"Quando estudamos virologia, estudamos esses casos nos livros, como a situação de 1918", disse, em referência à "gripe espanhola" que, entre 1918 e 1920, infectou 500 milhões de pessoas.

Os países africanos com mais infecções por covid-19 são atualmente a África do Sul (1.800), Argélia (1.500), o Egito (1.500), Marrocos (1.200) e Camarões (650).

Todos os países africanos lusófonos registram casos da doença, com a Guiné-Bissau sendo o mais afetado, contabilizando 33 pessoas com a infecção.

Angola soma 17 casos confirmados de covid-19 e duas mortes.

Moçambique mantém dez casos declarados de infecção pelo novo coronavírus e Cabo Verde totaliza sete casos desde o início da pandemia, com uma morte.

Na Guiné Equatorial, que integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estão confirmados 16 casos de infecção.

O novo coronavírus, responsável pela pandemia de covid-19, já infectou mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o mundo, das quais morreram mais de 87 mil.

Dos casos de infecção, cerca de 280 mil são considerados curados. (Agencia Brasil)

**Lembre sempre de lavar as mãos**

# Brasil registra 941 mortes desde início de pandemia

O número de mortes decorrentes do novo coronavírus (covid-19) totalizou 941, segundo atualização divulgada pelo Ministério da Saúde na quinta-feira (9). O resultado marca um aumento de 17% em relação a ontem, quando foram registrados 800 óbitos.

São Paulo concentra o maior número, com mais da metade do número de mortes (495). O estado é seguido por Rio de Janeiro (122), Pernambuco (56), Ceará (55) e Amazonas (40).

Além disso, foram registradas mortes no Paraná (22), Bahia (19), Santa Catarina (17), Minas Gerais (15), Distrito Federal (13), Maranhão (12), Rio Grande do Sul (12), Rio Grande do Norte (11), Goiás (7), Pará (7), Paraíba (7), Espírito Santo (6), Piauí (6), Sergipe (4), Alagoas (3), Mato Grosso do Sul (2), Amapá (2), Acre (2), Mato Grosso (2), Rondônia (2) e Roraima (1).

Já o total de casos confirmados subiu para 17.857. O número representa um crescimento de 12% em relação a ontem, quando o balanço do Ministério da Saúde marcou 15.927.

O número de casos novos em um dia foi de 2.210, novo recorde. O maior resultado até então havia sido o total acrescido ontem, de 1.661 casos. O Brasil levou 17 dias para sair de 1 a 100 casos e 14 dias para ter mais 10 mil confirmados.

**Perfil**

No total foram 141 novas mortes entre quarta-feira e quinta-feira, um novo recorde. Na quarta-feira, foram 133 novos óbitos, na terça haviam sido 114 e na segunda-feira, 67. No tocante ao perfil, 41% das vítimas fatais eram mulheres e 59% eram homens.

Quanto à idade, 77% tinham menos de 60 anos. Na semana passada, eram 90%. Já em relação às complicações associadas à morte, 336 dos pacientes tinham alguma cardiopatia, 240 diabetes, 82 apresentavam alguma pneumopatia e 55 apresentavam alguma condição neurológica.

As hospitalizações ficaram em 3.416. O total de pessoas internadas com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) totalizam 31.451. Deste total, 26.644 mil pessoas internadas com essas síndromes ainda estão em investigação.

**Regiões**

O MS passou a disponibilizar a incidência (número de casos proporcional a 100.000 habitantes) não somente em estados, mas em regiões. As com índice maior são Fortaleza (43,9), São Paulo (40,4), Manaus e Alto Rio Negro (28,1), Distrito Federal (16,9), Área Central, no Amapá (16,8) e Laguna (SC).

Na comparação por estados, os com maior incidência por 100.000 habitantes foram Amazonas (19,1), Distrito Federal (16,7), São Paulo (14,5), Ceará (14,1), Amapá (12,4) e Rio de Janeiro (11,2). Todas essas Unidades da Federação pelo menos 50% acima da média nacional, que ficou em 7,5 pessoas infectadas por 100.000 habitantes.

**Testes e máscaras**

O secretário de vigilância em saúde, Wanderson de Oliveira, afirmou que há 127 mil notificações para a realização de testes. Até o momento, foram encaminhados 480 mil testes rápidos e 392 mil de laboratório (RT-PCR). O secretário acrescentou que foram aplicados 92,9 mil testes para covid-19.

A intenção do governo é adquirir no total 22,9 milhões de testes. Para esse total, serão agregados exames doados por empresas, como a Petrobrás e a Vale. Enquanto isso, vale o protocolo já divulgado pelo ministério.

"Não é para testar casos que não sejam internados ou por meio de vigilância sentinela. É importante que estados que estão testando fora desta estratégia evitem fazer fora desta forma", observou Oliveira.

Já sobre a aquisição de máscaras, o secretário informou que a chegada de 40 milhões de máscaras de proteção que estava prevista para amanhã não deverá ocorrer, por problemas de burocracia. O esforço da equipe do MS é de adquirir 40 milhões por semana. Um edital será aberto para que empresas interessadas em ofertar esses insumos possam se cadastrar.

**Distanciamento social**

Sobre o distanciamento social, os representantes do Ministério da Saúde voltaram a defender a recomendação de modelos diferentes, o ampliado para locais com mais casos e seletivo para locais com poucos casos e estrutura do sistema de saúde com pelo menos 50% de ociosidade.

"Locais já com sinal vermelho, que já tem aumento bastante considerável do número de casos, devemos dar a máxima atenção à questão da mobilidade social. Isso não significa que estados como Rio de Janeiro e São Paulo tenham que manter todos os municípios neste mesmo comportamento. Municípios que, sentindo-se tranquilos, tendo capacidade instalada e tendo EPIs, estão preparados para quando aumentar", declarou o secretário executivo da pasta, José Gabbardo dos Reis. (Agencia Brasil)

# Auxílio de R$ 2 bi para santas casas vai à sanção presidencial

Em mais uma sessão remota, a Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência, na quinta-feira (9), o projeto de lei 1006/20, que prevê a transferência de R$ 2 bilhões da União para santas casas e hospitais sem fins lucrativos (filantrópicos).

Os recursos serão destinados à ação coordenada com o Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à pandemia de covid-19. Na prática, os recursos devem ser utilizados para equipar UTIs que vão receber infectados pelo novo coronavírus.

Para dar celeridade à proposta, todas as emendas apresentadas foram rejeitadas, fazendo com que o texto, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), também já aprovado pelos senadores, possa seguir direto à sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Pela proposta, o critério de rateio do valor será definido pelo Ministério da Saúde, sendo obrigatória a divulgação, com ampla transparência, dos montantes transferidos a cada entidade de forma direta no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a crédito em conta bancária de cada uma delas, via Fundo Nacional de Saúde (FNS). O crédito em conta bancária deverá ocorrer em até 15 dias da data de publicação da lei, em razão do caráter emergencial da decretação de calamidade pública.

O texto estabelece ainda que o recebimento do auxílio financeiro independe da eventual existência de débitos ou da situação de adimplência das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos em relação a tributos e contribuições na data do crédito pelo Fundo Nacional de Saúde.

**Estados**

Logo no início da sessão, em meio à falta de consenso entre deputados, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu adiar para a próxima segunda-feira (13) a votação do projeto de socorro aos estados durante a pandemia do novo coronavírus. A proposta pautada, sem sucesso, na sessão de quarta-feira (8), estava na pauta de votação da Câmara de quinta-feira.

"Vamos tratar de projetos mais simples para que, com calma, a gente trate os projetos complexos", justificou Maia. Um dos pontos de maior divergência entre parlamentares e a equipe econômica, permite aos governadores tomar crédito novo no limite de até 8% de suas receitas. O texto também suspende o pagamento de parcelas de dívidas com a União e bancos. (Agencia Brasil)

# Cartão Comida Boa vai distribuir um milhão de cestas de alimentos no PR

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou a lei que institui o programa Cartão Comida Boa. A iniciativa do Governo do Estado, aprovada pela Assembleia Legislativa nesta semana, cria um vale para que famílias em situação de vulnerabilidade possam comprar produtos alimentícios durante a pandemia do novo coronavírus. A estimativa é distribuir 1 milhão de cestas de alimentos.

Os beneficiários poderão usar o cartão nos mercados credenciados pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Até agora, já são 1.158 estabelecimentos em todo o Estado, e a adesão pode ser feita por qualquer comércio de alimentos. O programa será operacionalizado por meio de um voucher com QR Code, para evitar falsificações. O valor de cada vale será R$ 50 e a distribuição será feita com auxílio das prefeituras.

O programa de auxílio emergencial terá duração de três meses, com possibilidade de prorrogação, e é destinado a famílias mais vulneráveis. A base de beneficiários é o Cadastro Único (CadÚnico) dos programas sociais do País. O Estado prepara um decreto para regulamentar a distribuição do benefício, mas a concessão é exclusivamente para a compra de produtos da cesta básica e os recursos são do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza.

O governador Ratinho Junior disse que o programa é uma iniciativa que complementa o auxílio proposto pelo governo federal e atende as pessoas mais humildes do Estado. "Essa metodologia ajuda o comércio local e nos dá agilidade. Estamos credenciando mercados, mercearias e supermercados para fazer parte do programa", destacou.

O programa limita a dois membros da mesma família o recebimento do vale e abre espaço para que a pessoa provedora de família monoparental (apenas um dos pais arca com as responsabilidades) possa requerer o recebimento de duas cotas do auxílio emergencial, independente do sexo, se cumprir os requisitos básicos do programa. (AENPR)

# Onyx defende volta gradual da atividade econômica após a Páscoa

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, defendeu uma volta gradual da atividade econômica no Brasil após o próximo domingo (12). Para ele, um retorno "responsável" das pessoas ao trabalho a partir dos próximos dias dará condições de o Brasil retomar o crescimento.

"Eu acredito que se nós retornarmos após o feriado da Páscoa de maneira gradual, responsável, à atividade econômica, vamos sofrer um baque este ano, sem dúvida, mas vamos ter, sim, a condição de poder retomar a atividade econômica e fazer o Brasil continuar crescendo", disse o ministro, durante uma live promovida pelo Grupo Voto, uma empresa de comunicação política e institucional, na tarde de quinta-feira (9).

Atualmente, cada governador tem determinado uma forma de isolamento social em seu estado para diminuir a circulação de pessoas e, com isso, as chances de propagação do novo coronavírus. O comércio de produtos não essenciais, além de bares e restaurantes estão fechados em várias cidades.

Onyx acredita que o Brasil se recuperará rápido da crise econômica gerada pela pandemia do covid-19. Ele entende que as demandas dos outros países aos produtos que o Brasil exporta são peça chave nesse processo. "A nossa base é minerais e commodities agrícolas e vai ter uma super demanda. O Brasil deve, no segundo semestre, recuperar um perfil de crescimento muito positivo".

Ele ponderou, no entanto, que o Brasil também dependerá da recuperação econômica dos seus compradores que, assim como grande parte do mundo, está mergulhado na mesma crise. "Nossos compradores de commodities agrícolas precisam também retomar o seu desenvolvimento e isso está ligado à demanda que eles vão ter para fornecer para outros países. Esse processo não tem como prever. A gente tem que ir trabalhando para dar condição para o Brasil responder".

O ministro ainda estimou que a duração da epidemia seja de 12 a 14 semanas, com base, segundo ele, na duração da maior parte das epidemias ocorridas no mundo no século 20.

Durante a live, ele ainda destacou o pagamento do auxílio emergencial, que teve início na quinta-feira. Ele citou o pagamento feito a pouco mais de 2 milhões de pessoas. Segundo o ministro, a expectativa é que o auxílio atenda de 30 a 35 milhões de pessoas. (Agencia Brasil)

# Planos de saúde manterão atendimento de inadimplentes

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informou na quinta-feira (9) que as operadoras de planos de saúde devem manter a assistência médica aos beneficiários inadimplentes dos contratos individuais, familiares, coletivos por adesão e coletivos com menos de 30 pessoas durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19). De acordo com a ANS, o atendimento não pode ser interrompido até 30 de junho de 2020, período de vigência do termo de compromisso que deverá ser assinado pelas empresas com a agência.

A medida foi tomada em contrapartida à liberação de R$ 15 bilhões de um fundo de reserva do setor para garantir a continuidade dos serviços médicos diante da falta de pagamento das mensalidades.

Além de garantir o atendimento, as operadoras deverão oferecer aos beneficiários a renegociação das dívidas e realizar o pagamento dos prestadores de serviços, como hospitais e laboratórios de exames, pelos trabalhos realizados entre 4 de março de 2020 e 30 de junho de 2020.

"As medidas contribuem para que o setor possa enfrentar a tendência de diminuição da solvência e da liquidez das operadoras, reflexo do cenário de retração econômica deflagrado pela pandemia, evitando que a assistência à saúde dos beneficiários seja colocada em risco", declarou a ANS. (Agencia Brasil)

## ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

**Jornal ODIASP**

**Acober S/A Administração de Bens e Condomínios**
C.N.P.J./M.F. nº 61.391.314/0001-57 - NIRE 35.3.0006492S
**Convocação**
Convidamos os acionistas para se reunirem em A.G.O. dia 17.04.2020, às 11:00 hs, à Rua Azevedo Soares 1101, Capital, com a seguinte ordem do dia: i) contas e demonstrações financeiras de 31.12.2019; ii) destinação do lucro líquido e dividendos; iii) outros assuntos. São Paulo 06/04/2020. Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1132361-33.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Velloso Rodrigues Ferreri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GUARU PACK INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ 12.456.044/0001-00, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada na inicial no valor de R$ 124.825,85 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) devidamente atualizada (19/12/2015) e efetue o pagamento dos honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa ou apresente embargos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de março de 2020. B - 10 e 14

Processo Digital nº: 0008651-17.2020.8.26.0100 Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Fornecimento de Energia Elétrica Exequente: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A Executado: Florbras Indústria e Comércio Ltda. Intimação - Prazo 20 dias - Cumprimento de sentença (0008651-17.2020.8.26.0100) - Processo principal: 1000850-04.2018.8.26.0100. A Dra. Laura de Mattos Almeida, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Florbras Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 50.151.687/0001-34, na pessoa de seu representante legal, que a Ação de Procedimento Comum, requerida por Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, foi julgada procedente, condenando a ré ao pagamento de R$ 92.151,69 (jan/2020), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se o presente, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do C.P.C.). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executada, independente de penhora ou nova intimação, ofereça suas impugnações (art. 525 do C.P.C.). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B - 09 e 10

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1029321-30.2018.8.26.0100. A Dra. Daniela Dejuste de Paula, Juíza de Direito da 30ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Adrian Vicente Fenollar (ou Tenollar) Salvay (CPF. 235.447.108-46), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 10.613,35 (fevereiro de 2018), decorrente da Liberação de Créditos em Conta Corrente (Limite), agência/conta nº 7902/1412. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 09 e 10 / 04 / 2020

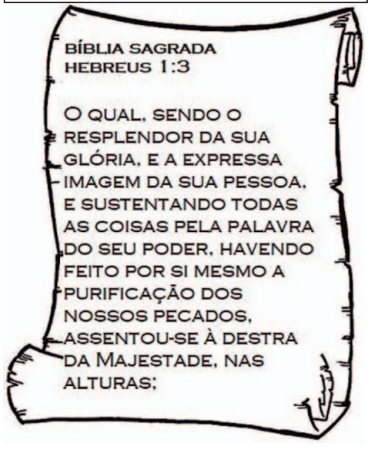
Edital de Citação. Prazo: 30 dias. Processo nº 1013368-28.2015.8.26.0004. O Dr. Júlio César Silva de Mendonça Franco, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP. Faz Saber a Fernando de Paula Júnior (CPF. 221.473.118-04), que Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Pompéia lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 17.808,44 (outubro de 2015), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços nº's 151596 e 153111, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. 09 e 10 / 04 / 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1068362-02.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIO DE SOUZA PIMENTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Josias de Oliveira (CPF. 129.009.488-86), que Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 78.097,84 (maio de 2016), decorrente do Contrato de Crédito Parcelado nº 16520948892. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 09 e 10 / 04 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0011574-47.2019.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA LUIZA MADEIRO DIOGO CRUZ, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Genivaldo dos Santos Conceição (CPF. 191.080.568-89), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 191.594,16 (outubro de 2019). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Na inércia será indicado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 09 e 10 / 04 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1011474-80.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Guanaes Simões Thomsen, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Formula Serviços Financeiros Ltda ME (ou Fórmula Prestadora de Serviços Ltda ME) (CNPJ. 13.655.943/0001-02), que Sul América Companhia de Seguro Saúde lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 5.774,55 (agosto de 2016), representada pelo Contrato de Seguro Saúde na Modalidade PME - pequena e média empresa, representado pela apólice nº 19531 e títulos nº's 82717480 e 83119730. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. 09 e 10 / 04 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº: 1012537-51.2018.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Andre Salomon Tudisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUIZ CARLOS DAS NEVES, Biólogo, RG 12644755, CPF 084.660.658-57, com endereço à Rua Fradique Coutinho, 97, Ap. 43, Pinheiros, CEP 05416-010, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Fundação de Rotarianos de São Paulo, para execução do valor de R$.32.275,24 (trinta e dois mil e duzentos e setenta e cinco Reais e vinte e quatro centavos) cujo instrumento particular de confissão de dívida de jan/2014, não foi adimplido. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO do arresto realizado sobre o valor bloqueado de R$ 1.516,26 da sua conta bancária de sua titularidade, da conversão do arresto em penhora e de que considerar-se-á CITADO, por EDITAL, para que no prazo de 3 (três) dias efetue o pagamento da dívida e no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de penhora, poderão opor-se à execução por meio de embargos, a fluir após o prazo de 20 dias supra, sendo certo que os honorários de advogado importam em 10% sobre o valor do débito e no caso de integral pagamento da dívida, no prazo de 3 dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 652-A CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de fevereiro de 2020. 09 e 10/04



# Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ nº 69.034.668/0001-56

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo de 31/12/2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas que julgamos necessárias para melhor entendimento das presentes Demonstrações Financeiras. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 10 de abril de 2020. *A Administração*

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

| Ativos | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 41.551 | 24.264 |
| Instrumentos financeiros | 7 | 1.074.282 | 2.359.031 |
| Contas a receber líquido de provisão | 8 | 1.652.480 | 1.676.719 |
| Estoques | | 36 | 610 |
| Ativo fiscal corrente | 9.a | 54.128 | 43.134 |
| Outras contas a receber | | 22.290 | 11.588 |
| Total do ativo circulante | | 2.844.767 | 4.115.346 |
| **Não circulante** | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Instrumentos financeiros | 7 | 1.220.241 | 33.000 |
| Empréstimos a receber | 10 | - | 1.290 |
| Depósitos judiciais | 17 | 35.576 | 30.731 |
| Outras contas a receber | | 50 | - |
| Total do realizável a longo prazo | | 1.255.867 | 65.021 |
| Outros ativos | | 226 | 226 |
| Imobilizado | 12 | 5.734 | 6.215 |
| Intangível | 13 | 986.559 | 978.087 |
| Total do ativo não circulante | | 2.248.386 | 1.049.549 |
| **Total do ativo** | | 5.093.153 | 5.164.895 |

| Passivo | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 14 | 105.827 | 103.271 |
| Afiliados a pagar | 15 | 1.095.945 | 1.182.566 |
| Cartões e vouchers em circulação | 16 | 1.321.512 | 1.356.232 |
| Obrigações trabalhistas | | 19.968 | 18.136 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 13.954 | 13.747 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 27.456 | 47.848 |
| Adiantamento de clientes | | 659 | 215 |
| **Total do passivo circulante** | | 2.585.321 | 2.722.015 |
| **Não circulante** | | | |
| Provisão para contingências | 17 | 12.971 | 13.938 |
| Dividendos a pagar | 18.d | 4.545 | 4.447 |
| Passivo fiscal diferido | 9.b | 291.483 | 271.144 |
| **Total do passivo não circulante** | | 308.999 | 289.529 |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 18.a | 760.741 | 760.741 |
| Reservas de capital | 18.b | 240.275 | 240.275 |
| Reserva legal | 18.c | 90.190 | 90.190 |
| Avaliação de ajuste patrimonial | 18.f | 13.948 | 21.323 |
| Reserva de lucros | 18.e | 1.093.679 | 1.040.822 |
| **Total do patrimônio líquido** | | 2.198.833 | 2.153.351 |
| **Total do passivo** | | 2.894.320 | 3.011.544 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 5.093.153 | 5.164.895 |

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros a realizar | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | | 760.741 | 240.275 | 90.190 | 17.135 | 1.005.326 | - | 2.113.666 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 406.860 | 406.860 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | | | | |
| Transações com pagamentos baseados em ações | 18.f | - | - | - | 2.302 | - | - | 2.302 |
| Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, liquidos de impostos | 18.f | - | - | - | 1.886 | - | - | 1.886 |
| Destinações | | | | | | | | |
| Dividendos distribuídos e pagos | | - | - | - | - | (366.916) | - | (366.916) |
| Dividendos mínimos a pagar | | - | - | - | - | - | (4.447) | (4.447) |
| Constituição de reserva de lucros a destinar | | - | - | - | - | 402.413 | (402.413) | - |
| Total destinações do resultado | | - | - | - | - | 35.497 | (406.860) | (371.363) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | | 760.741 | 240.275 | 90.190 | 21.323 | 1.040.823 | - | 2.153.351 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 454.457 | 454.457 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | | | | |
| Transações com pagamentos baseados em ações | 18.f | - | - | - | 3.000 | - | - | 3.000 |
| Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, liquidos de impostos | 18.f | - | - | - | 10.375 | - | - | (10.375) |
| Destinações | | | | | | | | |
| Dividendos distribuídos e pagos | | - | - | - | - | (397.056) | - | (397.056) |
| Dividendos mínimos a pagar | | - | - | - | - | - | (4.545) | (4.545) |
| Constituição de reserva de lucros a destinar | | - | - | - | - | 449.912 | (449.912) | - |
| Total destinações do resultado | | - | - | - | - | 52.856 | (454.457) | (401.601) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | | 760.741 | 240.275 | 90.190 | 13.948 | 1.093.679 | - | 2.198.833 |

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
*(Em milhares de reais)*

| Fluxo de caixa nas atividades operacionais | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| Resultado do exercício antes dos impostos | | 688.241 | 616.880 |
| Ajustes para conciliar o resultado | | | |
| Depreciação e amortização | 12/13 | 18.476 | 15.396 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 25 | 93.702 | 55.899 |
| Provisão para contigências | 17 | 2.589 | (383) |
| Baixa de imobilizado e intangível | 12/13 | 80 | 2 |
| Juros provisionados em instrumentos financeiros | | - | (33.428) |
| Transações com base em ações | | 3.000 | 2.302 |
| | | 806.088 | 656.668 |
| Variações em | | | |
| Contas a receber | 8 | (69.513) | (240.366) |
| Estoques | | 573 | 1.510 |
| Ativo fiscal corrente | 9.a | (10.994) | (3.166) |
| Outras contas a receber | | (10.702) | (5.433) |
| Depósitos judiciais | 17 | (4.845) | (3.873) |
| Fornecedores | 14 | 2.556 | 42.010 |
| Créditos e vouchers em circulação | 16 | (34.720) | 118.991 |
| Afiliados a pagar | 15 | (86.621) | 70.032 |
| Obrigações trabalhistas | | 1.832 | 968 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 207 | 650 |
| Adiantamento de clientes | | 444 | (222) |
| Pagamentos de contigências | 17 | (3.556) | (771) |
| Outros fluxos de caixa operacionais | | | |
| Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pago | 9.c | (233.837) | (242.317) |
| **Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais** | | 356.912 | 394.681 |
| **Fluxo de caixa de atividades de investimento** | | | |
| Empréstimos para partes relacionadas | | 1.290 | 11.995 |
| Aquisição/Resgate | | 87.133 | (82.554) |
| Aquisição de imobilizado | 12 | (1.374) | (896) |
| Aquisição de intangíveis | 13 | (25.173) | (16.839) |
| **Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento** | | 61.876 | (88.294) |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** | | | |
| Dividendos | 18.d | (401.501) | (371.858) |
| **Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento** | | (401.501) | (371.858) |
| **Redução/Aumento** | | 17.287 | (65.471) |
| Caixa e quivalentes de caixa em 1° de janeiro | | 24.264 | 89.736 |
| **Caixa e quivalentes de caixa em 31 de dezembro** | | 41.551 | 24.265 |

## Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
*(Em milhares de reais)*

| | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| Receita líquida | 19 | 1.417.478 | 1.353.967 |
| Custo das vendas | 20 | (186.668) | (183.974) |
| **Lucro bruto** | | 1.230.810 | 1.169.993 |
| Despesas de vendas | 21 | (323.147) | (342.277) |
| Despesas administrativas | 22 | (202.174) | (182.673) |
| Outras receitas e despesas | 23 | (48.862) | (45.261) |
| **Lucro antes das receitas financeiras líquidas e impostos** | | 656.627 | 599.782 |
| Despesas financeiras | 24 | (10.382) | (11.973) |
| Receitas financeiras | 24 | 41.996 | 29.071 |
| Receitas e despesas financeiras líquidas | | 31.614 | 17.098 |
| Lucro antes dos impostos | | 688.241 | 616.880 |
| Imposto corrente | | (213.446) | (240.824) |
| Imposto diferido | | (20.338) | 30.804 |
| Imposto de renda e contribuição social | | (233.784) | (210.020) |
| Lucro líquido do exercício | | 454.457 | 406.860 |
| Resultado por ação - básico (em R$) | | 0,5942 | 0,5319 |
| Número médio de ações durante o ano (por lote de mil ações) | | 764.880 | 764.880 |

## Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício** | 454.457 | 406.860 |
| **Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social** | | |
| Transações com pagamentos baseados em ações | 3.000 | 2.302 |
| Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, liquidos de impostos | (10.375) | 1.886 |
| **Resultado abrangente total** | 447.082 | 411.048 |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

**1. Contexto operacional:** A Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A ("Sodexo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil controlada pela Sodexo Pass Internacional ("Matriz"), sediada na França. A sede social da Companhia está localizada na Alameda Araguaia, 1.142 - Bloco 3, Barueri no Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios "*in natura*", combustível, vestuário e acessórios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários. **Lei nº 12.865 - Regulamentação BACEN:** A Administração lançou internamente programa para implantar as adequações necessárias decorrentes da regulamentação das normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que inclui os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiros - SPB. Em 26 março de 2018, o Banco Central excluiu da sua supervisão, como Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB), os serviços de pagamento exclusivamente decorrentes de programa de benefícios decorrentes de relação de trabalho, de prestação de serviços ou similares, instituído por lei ou ato do Poder Executivo federal, estadual e municipal. Com essa alteração e com pedido de autorização protocolizado desde 25 de novembro de 2014, em setembro de 2018, a Companhia reiterou seu pedido de autorização junto ao BACEN para manter atuação como Instituição de Pagamento para os produtos não decorrentes destes programas de benefícios. A Sodexo possui um pedido de autorização para funcionamento como Instituição de Pagamento (IP), nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. A Sodexo é IP exclusivamente no âmbito do arranjo de pagamento instituído por outra empresa do Grupo Sodexo. Em razão de uma reestruturação societária interna, o produto combustível operado pela Sodexo com seus contratos de clientes e estabelecimentos, foi assumido pela empresa Sodexo Pass do Brasil Serviços de Gestão de Despesa e Frota Ltda. Em razão disso, os produtos que não envolvam programas de benefícios que permaneceram na Companhia estão abaixo da volumetria exigida para o pedido de autorização da IP e iremos solicitar cancelamento definitivo do pedido de autorização da. Serão mantidos os produtos Gift e Premium, com acompanhamento da volumetria, mas, por estarem abaixo da volumetria, não exigirão da Companhia o pedido de autorização de Instituição de pagamento. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 10 de abril de 2020. **b. Base de mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, expectativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos nas seguintes notas explicativas: • **Nota 3.j**: Apresentação da receita financeira decorrente de outros investimentos financeiros como receita operacional da Companhia. • **Nota 3.d. e 12**: Determinação dos projetos desenvolvidos internamente. • **Nota 5 e 7.d**: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais em parte relacionadas. **f. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 8:** Provisão para crédito de liquidação duvidosa. • **Nota 5 e 7.d**: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais em parte relacionadas. • **Nota 13:** Amortização do ativo intangível. • **Nota 17:** Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à média da Ptax utilizada pela matriz na França, da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em "resultado de variações cambiais". **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos e Passivos Financeiros:** ***Classificação e mensuração:*** As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. ***Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: *(i)* é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e *(ii)* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. ***Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR):*** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):*** Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR. *(i)* é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo reconhecimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e *(ii)* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A companhia mantem em seu portifólio os ativos financeiros abaixo:

| Ativo/Passivo Financeiro | Mensuração |
|---|---|
| Operações compromissadas | Custo amortizado |
| Aplicações em depósitos bancários | Custo amortizado |
| Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Cotas de fundos de investimentos | Valor justo por meio do resultado |
| Títulos públicos | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes |
| Carteira de ações | Valor justo por meio do resultado |
| Passivos Financeiros | Custo Amortizado |

**(ii) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(iii) Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa - Contas a receber:** Mensalmente a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problema de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados no ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do cliente; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Considerando que os saldos de contas a receber não possuem componente significativo de juros, a Companhia realizou análises do seu modelo de negócios e das características dos fluxos de caixa dos ativos, de acordo com política interna desenvolvida em conjunto com a Matriz, dessa forma foi avaliado a probabilidade de recuperação sobre os saldos de contas a receber nos últimos três anos de acordo com a data de vencimento e com o respectivo recebimento dos títulos, conforme os critérios descritos abaixo:

| Faixa de atraso | Percentual |
|---|---|
| A vencer | 0,62% |
| Vencidos de 0 a 3 meses | 4,81% |
| Vencidos de 3 a 6 meses | 62,29% |
| Vencidos de 6 a 12 meses | 88,31% |
| Vencidos a mais de 12 meses | 98,52% |

Cabe ressaltar que os títulos são baixados para perdas quando vencidos, independente do prazo, onde a negociação tenha se esgotado ou se evidencie dificuldade financeira incontestável e falência. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Parte dos ativos imobilizados, são imobilizações em andamento, estes são transferidos para a conta definitiva de imobilizado quando há a conclusão da obra, e iniciada sua utilização, onde começa-se a reconhecer as despesas com depreciação. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

| | |
|---|---|
| Móveis, utensílios e instalações | 5 anos |
| Benfeitorias | 5 anos |
| Instalações | 10 anos |
| Máquinas e equipamentos | 5 anos |
| Veículos e computadores | 4 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados: Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos perdas por redução do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda; • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos; • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros; • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e os períodos comparativos são as seguintes: Custo de desenvolvimento capitalizados 5 anos. **e. Arrendamento mercantil operacional:** Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. **f. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. **g. Benefícios a empregados:** ***(i) Planos de contribuição definida:*** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. ***(ii) Benefício por tempo de casa:*** Plano de premiação e reconhecimento dos funcionários devido a tempo de trabalho ininterrupto de 05, 10, 15, 20, 25 e 30 anos. ***(iii) Transações de pagamento baseado em ações:*** O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e de aquisição, e não de mercado, serão atendidas na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. **i. Receita operacional:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/ IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. ***(i) Prestação de serviços:*** Composta pelas comissões recebidas de clientes e de afiliados. ***(ii) Receita financeira:*** Corresponde aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras e em outros investimentos financeiros. **j. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros recebidos de empréstimos a partes relacionadas, descontos obtidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros e despesas e comissões bancárias. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **4. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC: Normas e interpretações novas já emitidas e adotadas em 1º de janeiro de 2019:** Para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A Companhia avaliou os contratos de arrendamentos atuais e não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste padrão novo nas suas demonstrações financeiras. **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro:** A interpretação refere-se às incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. A Companhia aderiu à norma a partir do início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019. No entanto, com base no entendimento da Administração, não há impacto material na contabilização decorrente de posições incertas relativas a tributos sobre o lucro em razão da adoção deste novo pronunciamento contábil. **5. Determinação do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos. (veja nota explicativa 3(b)). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

| 6. Caixa e equivalentes de caixa | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Caixa | 21 | 39 |
| Bancos | 41.530 | 24.225 |
| | 41.551 | 24.264 |

| 7. Instrumentos financeiros | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Aplicações financeiras - CDBs | a | 1.079.338 | 580.689 |
| Operações financeiras de renda fixa automática | b | 265.439 | 378.046 |
| Títulos públicos | c | 916.746 | 1.400.296 |
| Instrumentos patrimoniais de partes relacionadas | d/10 | 33.000 | 33.000 |
| | | 2.294.523 | 2.392.031 |
| Circulante | | 1.074.282 | 2.359.031 |
| Não circulante | | 1.220.241 | 33.000 |

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa nº 25. O valor justo dos instrumentos financeiros foram apurados com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim para data-base o valor contábil não difere do valor de mercado dos investimentos financeiros. (a) As aplicações financeiras e letras/notas do tesouro são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras - CDBs são remuneradas a taxas que variam entre 73 a.a% e 159,66 a.a. % (em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (DI). (b) Operações realizadas *no open market* por prazo mínimo de um dia, restritas às instituições financeiras. Operações de troca de dinheiro por um dia, para resgate no primeiro dia útil seguinte. As operações são remuneradas a 10% CDI a.a. Composição dos títulos públicos:

| Títulos públicos | Emissão | Vencimento | Taxa | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Letras do tesouro nacional - LTN | 14/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,26% a.a. | - | 37.505 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 14/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,28% a.a. | - | 46.879 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 14/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,28% a.a. | - | 46.879 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 14/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,28% a.a. | - | 74.069 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 10/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,16% a.a. | - | 18.756 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 10/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,16% a.a. | - | 49.703 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 10/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,16% a.a. | - | 201.626 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 10/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,16% a.a. | - | 166.928 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 10/11/2017 | 01/10/2019 | Pré 8,16% a.a. | - | 18.756 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 02/01/2018 | 01/10/2019 | Pré 7,75% a.a. | - | 48.902 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 02/01/2018 | 01/10/2019 | Pré 7,77% a.a. | - | 70.528 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 17/05/2018 | 01/10/2019 | Pré 7,00% a.a. | - | 51.985 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 17/05/2018 | 01/10/2019 | Pré 7,01% a.a. | - | 51.983 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 19/06/2018 | 01/10/2019 | Pré 8,54% a.a. | - | 141.437 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 19/06/2018 | 01/10/2019 | Pré 8,54% a.a. | - | 174.439 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 19/06/2018 | 01/10/2019 | Pré 8,41% a.a. | - | 7.546 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 26/09/2018 | 01/10/2019 | Pré 8,08% a.a. | - | 18.942 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 01/10/2018 | 01/10/2019 | Pré 7,87% a.a. | - | 173.433 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 01/10/2019 | 01/10/2021 | Pré 5,44 %a.a | 45.632 | - |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 01/10/2019 | 01/10/2021 | Pré 5,44 %a.a | 10.952 | - |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 01/10/2019 | 01/10/2021 | Pré 5,44 %a.a | 365.054 | - |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 01/10/2019 | 01/10/2021 | Pré 5,44 %a.a | 43.807 | - |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 01/10/2019 | 01/10/2021 | Pré 5,44 %a.a | 246.423 | - |
| Letra Financeira do Tesouro - LFT | 09/12/2019 | 01/09/2020 | Pré 100% - Selic | 94.125 | - |
| Letra Financeira do Tesouro - LFT | 09/12/2019 | 01/09/2020 | Pré 100% - Selic | 110.753 | - |
| | | | | 916.746 | 1.400.296 |

(c) Instrumentos patrimoniais de partes relacionadas: Em 6 de setembro de 2013, a Companhia adquiriu 129.822.179 ações preferenciais classe "A", sem direito a voto, da Sodexo do Brasil Comercial S.A., totalizando o investimento de R$ 840.000. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia adquiriu 55.638.077 ações preferenciais classe "A", sem direito a voto, da Sodexo do Brasil Comercial S.A., totalizando o investimento de R$ 360.000. As ações preferenciais apresentam os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade na distribuição de dividendos, não cumulativo para exercícios posteriores, cujo valor agregado corresponderá a, no mínimo, o maior valor entre (a) o equivalentes a uma taxa de 10% (dez por cento) ao ano, aplicada sobre o preço da emissão de tais ações, e (b) o mesmo dividendo por ação pago às ações ordinárias, multiplicado pelo total de ações preferenciais classe "A" em circulação, e (ii) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Em 16 de setembro de 2016 a Companhia recebeu o retorno de 50% do principal dessas ações no montante de R$ 600.000, além desse valor, também recebeu R$ 50.000 à título de remuneração pelo valor do investimento desde o início do período até 31 de julho de 2016. Em 10 de abril de 2017 a Companhia recebeu o valor de R$ 183 milhões a título de resgate de valor do investimento das ações da Sodexo do Brasil Comercial S.A. ( 28.282.689 ações preferenciais classe "A"). Em 12 de abril de 2017 a Companhia recebeu o valor de R$ 17 milhões referente a distribuição de dividendos às ações preferenciais classe "A". Aos nove dias de novembro de 2017, a Companhia recebeu o valor de R$ 417 milhões, sendo R$ 384 milhões à título de resgate do valor do investimento das ações da Sodexo do Brasil Comercial S.A. (59.350.849 ações preferenciais classe "A") e R$ 33 milhões referente a distribuição de dividendos às ações preferenciais classe "A".

| 8. Contas a receber líquido de provisão | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Contas a receber - terceiros | | 1.757.323 | 1.835.015 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 10 | 362 | 375 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | | (105.205) | (158.671) |
| | | 1.652.480 | 1.676.719 |

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a contas a receber é divulgada na nota explicativa nº 25. **9. Ativos e passivos fiscais: a. Ativo fiscal corrente:** Por força de determinações legais, a Companhia sofreu a retenção e/ou procedeu a antecipações para posterior compensação dos seguintes tributos e contribuições:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| IRRF sobre aplicação financeira | 41.233 | 31.785 |
| IRRF retido na fonte | 4.961 | 5.254 |
| PIS/Cofins | - | 197 |
| Outros | 7.934 | 5.898 |
| | 54.128 | 43.134 |

**b. Passivo fiscal diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o valor contábil de ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia são demonstrados a seguir:

| | 31/12/2017 | Reconhecido no resultado | ORA | 31/12/2018 | Reconhecido no resultado | ORA | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imobilizado | 3.404 | - | 546 | 3.950 | - | 678 | 4.628 |
| Provisão créditos liquidação duvidosa | 909 | - | 19.633 | 20.542 | - | (17.976) | 2.566 |
| Provisão benefícios a empregados | 759 | - | 127 | 886 | - | (148) | 738 |
| Outras provisões | 3.689 | - | (465) | 3.224 | - | (540) | 2.684 |
| Provisão para contingências | 4.846 | - | 10.964 | 15.810 | - | (2.353) | 13.457 |
| Intangível (amortização fiscal do ágio) | (316.200) | - | - | (316.200) | - | - | (316.200) |
| Ajuste a valor justo de investimentos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 644 | - | - | 644 | - | - | 644 |
| **Passivo fiscal** | **(301.949)** | - | **30.805** | **(271.144)** | - | **(20.339)** | **(291.483)** |

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e eventos que as originaram. **c. Imposto de renda e contribuição social no resultado:** A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da Companhia e no resultado do exercício é como segue:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 688.241 | 616.880 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e da contribuição social pela alíquota combinada | (234.002) | (209.739) |
| Adições permanentes | (5.571) | (5.096) |
| Exclusões definitivas | 4.767 | 4.772 |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | 43 |
| Despesas não dedutíveis | 1.022 | - |
| Total do imposto de renda e contribuição social no resultado | (233.784) | (210.020) |
| Alíquota fiscal efetiva | 34% | 34% |

**10. Partes relacionadas:** A Companhia tem como principal acionista a Sodexo Pass Internacional (França), sociedade controlada pelo Grupo Sodexo Alliance (França). Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Sodexo e as empresas do grupo que estão resumidas como segue:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| **Valores a receber referente a funcionários expatriados:** | | |
| Sodexo Chile | 79 | 36 |
| **Valores a receber referente reembolso de despesas (aluguel, folha de pagamento, viagem, etc)** | | |
| Sodexo do Brasil Comercial S.A. | 38 | 42 |
| Sodexo Foco Group S.A | - | 5 |
| Sodexo Frota Ltda. | - | 1 |
| Sodexo Serv. E Com AS | 45 | 41 |
| **Mútuos com partes relacionadas** | | |
| Xpenditure Brasil | - | 50 |
| Sodexo Pass do Brasil Corretora de Seguros Ltda. | 200 | 200 |
| Total contas a receber de clientes (Nota 8) | 362 | 375 |
| **Ativo não circulante** | | |
| Outros investimentos | - | - |
| Ações preferenciais na Sodexo do Brasil Comercial S.A.(Nota 7d) | 33.000 | 33.000 |
| Mútuo com partes relacionadas Sodexo Pass do Brasil Serv. Inovação Ltda (*) | - | 1.290 |
| **Mútuos com partes relacionadas** | | |
| Xpenditure Brasil | 50 | - |
| **Royalties a pagar** | **31/12/2019** | **31/12/2018** |
| Sodexo Alliance S.A | 2.462 | 1.660 |
| Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. | 6.128 | 11.224 |
| Sodexo Pass International - França | 604 | 200 |
| **Licença de uso de Sotware** | | |
| Sodexo I. S. & T | - | 46 |
| **Prestação de serviço** | | |
| Sodexo Frota Ltda. (serviços de gestão de frotas) | 263 | 378 |
| Sodexo Pass do Brasil Corretora de Seguros Ltda. (serviço de help desk e help service) | 905 | 638 |
| Total fornecedores (nota 14) | 10.362 | 14.146 |
| **Despesa** | | |
| Prestação de serviços e royalties a pagar | | |
| Sodexo Alliance S.A | 23.344 | 20.653 |
| Sodexo Pass International - França | 42.519 | 41.934 |
| Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação | 22.010 | 18.691 |
| Total despesa operacional | 87.873 | 81.278 |

(*) Em 2 de dezembro de 2016 a Companhia deliberou um empréstimo a empresa Sodexo Pass do Brasil Serv. Inovação Ltda, sem incidência de juros, com o prazo de vencimento ainda não definido. **11. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, portanto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os honorários totalizaram R$ 16.103 e R$ 18.747 respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na conta de despesas administrativas. **12. Imobilizado: Movimentação do imobilizado**

| Custo | 31/12/2018 | Adições | Transferências | Baixas | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 1.924 | 178 | 21 | (57) | 2.066 |
| Máquinas e equipamentos | 905 | 110 | 62 | (93) | 984 |
| Instalações | 4.733 | 742 | - | - | 5.475 |
| Computadores e periféricos | 3.351 | - | - | (821) | 2.530 |
| Benfeitorias | 3.331 | 260 | 408 | - | 3.999 |
| Imobilizado em andamento | 1.613 | 84 | (491) | - | 1.206 |
| Total custo | 15.857 | 1.374 | - | (971) | 16.260 |
| **Depreciação acumulada** | **31/12/2018** | **Adições** | **Transferências** | **Baixas** | **31/12/2019** |
| Móveis e utensílios | (1.495) | (355) | - | 50 | (1.800) |
| Máquinas e equipamentos | (638) | (125) | - | 89 | (674) |
| Instalações | (1.967) | (498) | - | - | (2.465) |
| Computadores e periféricos | (3.138) | (176) | - | 820 | (2.494) |
| Benfeitorias | (2.404) | (689) | - | - | (3.093) |
| Total depreciação acumulada | (9.642) | (1.843) | - | 959 | (10.526) |
| Saldo imobilizado líquido | 6.215 | (469) | - | (12) | 5.734 |
| **Custo** | **31/12/2017** | **Adições** | **Transferências** | **Baixas** | **31/12/2018** |
| Móveis e utensílios | 1.895 | - | 29 | - | 1.924 |
| Máquinas e equipamentos | 896 | - | 16 | (7) | 905 |
| Instalações | 4.733 | - | - | - | 4.733 |
| Computadores e periféricos | 3.657 | - | 24 | (330) | 3.351 |
| Benfeitorias | 3.268 | | 63 | - | 3.331 |
| Imobilizado em andamento | 849 | 896 | (132) | - | 1.613 |
| Total custo | 15.298 | 896 | - | (337) | 15.857 |
| **Depreciação acumulada** | **31/12/2017** | **Adições** | **Transferências** | **Baixas** | **31/12/2018** |
| Móveis e utensílios | (1.144) | (351) | - | - | (1.495) |
| Máquinas e equipamentos | (529) | (114) | - | 5 | (638) |
| Instalações | (1.496) | (471) | - | - | (1.967) |
| Computadores e periféricos | (3.171) | (297) | - | 330 | (3.138) |
| Benfeitorias | (1.741) | (663) | - | - | (2.404) |
| Total depreciação acumulada | (8.081) | (1.896) | - | 335 | (9.642) |
| Saldo imobilizado líquido | 7.217 | (1.000) | - | (2) | 6.215 |

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a itens que não estão sendo depreciados por ainda não estarem sendo utilizados pela Companhia.

**13. Intangível**

| Custo | 31/12/2018 | Adições | Transferências | Baixas | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ágio | 1.035.019 | - | - | - | 1.035.019 |
| Gastos de desenvolvimento | 6.484 | - | 7.243 | - | 13.727 |
| Gastos de implementação de sistemas | 101.342 | - | 11.087 | - | 112.429 |
| Marcas e patentes | 14 | - | - | - | 14 |
| Direitos de uso de *software* | 15.840 | 55 | 120 | - | 16.015 |
| Ativo de comissões | 8.759 | 7.330 | - | - | 16.089 |
| Estudos e Projetos em andamento | 15.543 | 13.456 | (18.450) | (68) | 10.481 |
| Ativo de cartões | - | 4.332 | - | - | 4.332 |
| Total custo | 1.183.001 | 25.173 | - | (68) | 1.208.106 |
| **Amortização acumulada** | **31/12/2018** | **Adições** | **Transferências** | **Baixas** | **31/12/2019** |
| Ágio | (100.000) | - | - | - | (100.000) |
| Gastos de desenvolvimento | (6.105) | (632) | - | - | (6.737) |
| Direitos de uso de *software* | (13.888) | (1.385) | - | - | (15.273) |
| Ativo de comissões | (884) | (2.516) | - | - | (3.400) |
| Gastos de implementação de sistemas | (84.037) | (11.394) | - | - | (95.431) |
| Ativo de cartões | - | (706) | - | - | (706) |
| Total amortização acumulada | (204.914) | (16.633) | - | - | (221.547) |
| Saldo intangível líquido | 978.087 | 8.540 | - | (68) | 986.559 |
| **Custo** | **31/12/2017** | **Adições** | **Transferências** | **Baixas** | **31/12/2018** |
| Ágio | 1.035.019 | - | - | - | 1.035.019 |
| Gastos de desenvolvimento | 6.231 | - | 253 | - | 6.484 |
| Gastos de implementação de sistemas | 85.701 | - | 15.641 | - | 101.342 |
| Marcas e patentes | 14 | - | - | - | 14 |
| Direitos de uso de *software* | 14.958 | - | 882 | - | 15.840 |
| Ativo de comissões | - | 8.759 | - | - | 8.759 |
| Estudos e Projetos em andamento | 24.239 | 8.080 | (16.776) | - | 15.543 |
| Total custo | 1.166.162 | 16.839 | - | - | 1.183.001 |
| **Amortização acumulada** | **31/12/2017** | **Adições** | **Transferências** | **Baixas** | **31/12/2018** |
| Ágio | (100.000) | - | - | - | (100.000) |
| Gastos de desenvolvimento | (5.849) | (256) | - | - | (6.105) |
| Direitos de uso de *software* | (12.250) | (1.638) | - | - | (13.888) |
| Ativo de comissões | - | (884) | | | (884) |
| Gastos de implementação de sistemas | (73.315) | (10.722) | - | - | (84.037) |
| Total amortização acumulada | (191.414) | (13.500) | - | - | (204.914) |
| Saldo intangível líquido | 974.748 | 3.339 | - | - | 978.087 |

**Gastos de implementação de sistemas:** O saldo de projetos em andamento no montante de R$ 10.481 refere-se gastos com implementação de sistemas referem-se a projetos de novos produtos e melhoria nas ferramentas de trabalho tanto em *software* como procedimentos, com a expectativa de retorno financeiro futuro através da redução de custos. **Ágio:** O ágio gerado na aquisição, em março de 2008, da participação societária das Empresas "1092007 Participações Ltda." e "2092007 Administração e Processamento de Benefícios Ltda.", que por sua vez detinham o negócio de benefícios, no montante de R$ 1.035.019 tem a sua origem na rentabilidade futura advinda da aquisição da carteira de clientes dessa empresa. A amortização acumulada do ágio no montante de R$ 100.000 refere-se a amortização efetuada ao longo do ano de 2008. Os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura, foram testados com relação ao valor recuperável no exercício de 2019 e 2018, não havendo reduções ao valor recuperável a serem reconhecidas sobre os mesmos. O teste de redução ao valor recuperável do ágio da participação societária das Empresas "1092007 Participações Ltda." e "2092007 Administração e Processamento de Benefícios Ltda.", foi determinado através do percentual de representatividade do negócio de benefícios com base no comparativo das receitas operacionais da Companhia antes e depois da aquisição. O cálculo baseou-se no fato da aquisição não ter tido uma incorporação significativa de ativos e sim uma possibilidade da exploração do Negócio de Benefícios. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa da evolução da receita descontada a inflação antes da aquisição (14,48%) e a taxa média de evolução do negócio de benefícios (7,10%). **14. Fornecedores:**

| Circulante | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Contas a pagar - terceiros | | 48.830 | 34.417 |
| Contas a pagar- partes relacionadas | 10 | 10.363 | 14.146 |
| Despesas provisionadas | (a) | 46.634 | 54.708 |
| | | 105.827 | 103.271 |

(a) As despesas provisionadas constituem-se conforme abaixo:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Cortesias e bonificações | 25.903 | 33.038 |
| Provisão participação no resultados | 6.715 | 4.787 |
| Rede adquirente | 1.037 | 4.665 |
| Embossing cartões | 929 | 1.029 |
| Outras provisões | 12.050 | 11.198 |
| | 46.634 | 54.708 |

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de risco de liquidez relacionados a fornecedores, afiliados a pagar, cartões e vouchers em circulação encontra-se divulgada na nota explicativa nº 25. **15. Afiliados a pagar:** O saldo de afiliados a pagar refere-se ao valor devido à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativo aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento é realizado no prazo contratual, deduzido da receita esperada, o montante dos afiliados é de R$ 1.095.945 (R$ 1.182.566 em 2018). **16. Cartões e vouchers em circulação:** Os cartões e vouchers em circulação referem-se ao valor facial de emissão dos cartões colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados, o montante em cartões e vouchers em circulação é de R$ 1.321.512 (R$ 1.356.232 em 2018). **17. Provisão para contingências:** A Companhia é parte processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Companhia mantem um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a empresa configura como "ré" ou "autora" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

| | 31/12/2018 | Adições | Baixa com pagamentos | Reversões | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhista | 6.017 | 2.412 | (2.130) | - | 6.299 |
| Tributário | 7.006 | 142 | - | (1.728) | 5.420 |
| Cível | 915 | 1.654 | (1.426) | 110 | 1.253 |
| | 13.938 | 4.207 | (3.556) | (1.618) | 12.971 |
| | **31/12/2018** | **Adições** | **Pagamento** | **Reversões** | **31/12/2019** |
| Depósito judicial | (30.731) | (4.845) | - | - | (35.576) |

As adições no montante de R$ 4.845 representam novos processos e atualização de processos em andamento. Em 2012 a Companhia interpôs uma ação contra o Estado de Pernambuco e o órgão Fusam (Fundação de Saúde Amaury de Medeiros) para revisão de contrato de prestação de serviço e reconhecimento de crédito a seu favor pela aplicação de correção monetária pelo atraso no pagamento de serviços prestados pela Companhia. A ação está em transito em julgado, a favor da Companhia, que aguarda decisão sobre a data de pagamento, tendo uma expectativa de geração de receita de aproximadamente R$ 1.500 (líquidos de honorários e custas judiciais). A Companhia mantém ainda em andamento outros processos cuja materialização, na avaliação de seus consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável (143 processos). Para estes processos abaixo demonstrados, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Trabalhista | 3.843 | 3.845 |
| Tributário - dedutibilidade fiscal de ágio (i) | 522.842 | 501.141 |
| Tributária | 27.036 | 25.302 |
| Cível | 6.323 | 5.199 |
| | 560.044 | 535.487 |

**(i) Auto de infração - IRPJ e CSLL - processo administrativo nº 16561.720130/2016-12:** Em 05 de dezembro de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração contra a Sodexo, em que se discute a dedutibilidade fiscal, referente aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, da amortização do ágio pago pela Sodexo na compra de sociedade que explorava o negócio de benefícios da VR em 2008. O montante do auto de infração é de R$ 522.842 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 501.141 em 31 de dezembro de 2018), compondo principal (IRPJ+CSL), multa e juros. Em 14/08/2018, o Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF da SODEXO foi incluído em pauta de julgamento e restou integralmente provido, por maioria de votos, cancelando-se a autuação em sua totalidade. Com isso, foi afastada em segunda instância a exigência de IRPJ e CSLL, assim como as multas lançadas pela Fiscalização. Aguarda-se nesse momento análise de admissibilidade de recurso especial interposto pela Fazenda Federal. Diante da decisão em 2ª. instância administrativa favorável à companhia, confirma-se o posicionamento de não ser constituída provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus consultores jurídicos externos a probabilidade de perda para esse processo permanece remota. No dia 23/07/19 foi disponibilizado a contrarrazões do Recurso Especial da Fazenda no ECAC. **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em 2019, é de R$ 760.741 em moeda corrente do país dividido em 764.880.355 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 764.880.355 ações ordinárias sem valor nominal em 2018), assim distribuídas entre os sócios:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Sodexo Pass International | 467.206.393 | 467.206.393 |
| Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. | 297.673.961 | 297.673.961 |
| Outra pessoa física | 1 | 1 |

O número médio de ações usado para o cálculo do resultado e do dividendo por ação e o total de ações no final do exercício são os seguintes:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Número médio de ações ordinárias | 764.880.355 | 764.880.355 |
| Total de ações ordinárias no final do exercício | 764.880.355 | 764.880.355 |

**b. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio na emissão de ações por preço superior ao valor nominal destinadas à formação de reserva de capital. O montante de reserva de capital em 2019 é de R$ 240.275 (R$ 240.275 em 2018). **c. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, ou até atingir o limite de 30% somado a reserva de capital. O montante de reserva legal em 2019 é de R$ 90.190 (R$ 90.190 em 2018). **d. Distribuição de dividendos:** Ao longo do ano de 2019 a Companhia efetuou os seguintes pagamentos de dividendos aos acionistas:

| | |
|---|---|
| Distribuição de lucros retidos de anos anteriores e dividendos destinados | 401.501 |
| Total | 401.501 |

Os dividendos a distribuir do exercício, provisionado no passivo circulante foi formado conforme segue:

| | |
|---|---|
| Lucro do exercício | 454.457 |
| Reserva legal | - |
| Lucro do exercício após a reserva legal | 454.457 |
| Saldo de lucros a destinar do exercício anterior | 1.040.823 |
| Destinação | |
| Distribuição de lucros retidos de anos anteriores | (397.056) |
| Dividendos mínimos estatutários - 1% | (4.545) |
| Lucros a destinar | 1.093.679 |
| Saldo do ano anterior de dividendos a distribuir | 4.447 |
| Distribuição de dividendos mínimos retidos de anos anteriores | (4.447) |
| Valor de dividendos mínimos estatutários do ano | 4.545 |
| Dividendos a distribuir | 4.545 |

Em 29 de julho de 2019 a Companhia, deliberou aos sócios a distribuição de dividendos reconhecidos de exercícios anteriores, com o valor de R$ 401.501, sendo a distribuição para Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda no valor de R$ 156.255 e para a Sodexo Pass International a destinação de R$ 245.246. Desse valor, a Companhia optou por debitar do saldo de dividendos mínimos a pagar anteriormente constituído o montante de R$ 4.447. **e. Reserva de lucros:** Os lucros a destinar serão destinados em Assembléia dos Acionistas. **f. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta conta os aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. O saldo de R$ 13.948 (R$ 21.323 em 2018), demonstrado como ajuste de avaliação patrimonial está representado por R$ 3.027 (R$ 13.403 em 2018) decorrente da diferença do cálculo dos rendimentos pré-fixados dos títulos públicos comparados a marcação a mercado e variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e R$ 10.921 (R$ 7.920 em 2018) decorrente de transações com pagamento baseados em ações.

| 19. Receita líquida | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Receita operacional bruta** | | |
| Receita serviços prestados | 1.535.042 | 1.477.825 |
| Rendimentos financeiros (a) | 140.189 | 153.722 |
| Outras receitas serviços prestados | 186.015 | 188.126 |
| Total receitas | 1.861.246 | 1.819.673 |
| (-) Impostos sobre vendas | (107.791) | (108.860) |
| (-) Devoluções e abatimentos | (335.977) | (356.845) |
| Total deduções | (443.768) | (465.705) |
| Receita líquida | 1.417.478 | 1.353.968 |

(a) Receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras de valores de em circulação, inerentes à operação da empresa.

| 20. Custo das vendas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Serviço da processadora de cartão | (33.219) | (32.504) |
| Gastos com produção e entrega de cartões | (15.884) | (18.477) |
| Serviços com atendimento e suporte | (56.678) | (55.353) |
| Serviço com operadoras | (80.887) | (77.640) |
| | (186.668) | (183.974) |

| 21. Despesas de vendas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Pessoal | (113.426) | (104.523) |
| Prestadores de serviços | (19.508) | (22.390) |
| Comissão de vendas | (16.500) | (14.430) |
| Aluguel | (8.270) | (7.824) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 53.719 | (55.316) |
| Perda efetiva de créditos e liquidação duvidosa | (29.194) | (7.995) |
| Bonificações e Cortesias | (167.304) | (111.349) |
| Outros | (22.664) | (18.450) |
| | (323.147) | (342.277) |

| 22. Despesas administrativas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Pessoal | (68.198) | (67.120) |
| Prestadores de serviços | (15.103) | (13.562) |
| Consultoria e auditoria | (68.243) | (59.154) |
| Aluguel | (8.226) | (7.663) |
| Depreciação e amortização | (18.652) | (15.660) |
| Provisões/Reversões | 965 | 981 |
| Taxas, contribuições e impostos | (10.300) | (8.025) |
| Outros | (14.417) | (12.470) |
| | (202.174) | (182.673) |

| 23. Outras despesas operacionais | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Royalties com partes relacionadas* | (45.354) | (39.344) |
| Outras receitas/despesas | (3.427) | (5.914) |
| Perda/ganho na baixa de imobilizado | (81) | (3) |
| | (48.862) | (45.261) |

*Os royalties com partes relacionadas referen-se ao saldo de despesas com a Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., controladora direta da Companhia.

| 24. Resultado financeiro | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Despesas financeiras** | | |
| Despesas bancárias e cobrança | (8.738) | (10.474) |
| Outros | (1.644) | (1.499) |
| | (10.382) | (11.973) |
| **Receitas financeiras** | | |
| Juros recebidos | 28.664 | 26.799 |
| Descontos obtidos | 19 | 153 |
| Variação monetária | 1.411 | (2.543) |
| Outros | 11.902 | 4.662 |
| | 41.996 | 29.071 |
| **Receitas (despesas) financeiras líquidas** | 31.614 | 17.098 |

**25. Gerenciamento de Riscos e Capital: a. Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de mercado: ***Risco de crédito:*** Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada, sendo companhias sólidas e com elevados índices de fidelização e para os clientes considerados como risco de crédito o serviço é prestado mediante pagamento antecipado. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras por tipo de contraparte foi de:

| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Clientes (i) | 8 | 1.652.480 | 1.676.719 |
| Instrumentos financeiros (ii) | 7 | 2.294.524 | 2.392.031 |
| Mútuo partes relacionadas (iii) | 10 | - | 1.290 |
| | | 3.947.004 | 4.070.040 |

O vencimento dos recebíveis e investimentos financeiros na data das demonstrações financeiras era:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Saldo a vencer | 2.341.271 | 4.034.152 |
| Saldos vencidos até: | | |
| de 1 a 30 dias | 1.364.278 | 68.870 |
| de 31 a 90 dias | 240.877 | 7.683 |
| de 91 a 360 dias | 27.744 | 21.716 |
| acima de 360 dias | 78.039 | 96.290 |
| **Total** | 4.052.209 | 4.228.711 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8) | (105.205) | (158.671) |
| | 3.947.004 | 4.070.040 |

O movimento na provisão para devedores duvidosos em relação aos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi de:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Saldo em 1º janeiro | (158.671) | (102.772) |
| Provisão/Reversão | 53.720 | (53.841) |
| Perda Recuperação Judicial | (254) | (2.058) |
| Saldo em 31 de dezembro | (105.205) | (158.671) |

(i) A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com contrapartes que possuam uma classificação mínima A1 da Standard & Poor's e P1 da Moody's para títulos de curto prazo. Para os títulos de longo prazo (limitado em 23 meses) não podendo ultrapassar 60 % do portfólio. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e o enquadramento dos limites de operação designados as contrapartes. ***Risco de***

continua.

continuação **Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.** - CNPJ Nº 69.034.668/0001-56

***liquidez:*** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

| | Valor contábil | 6 meses ou menos | Vencimento não determinado | Maior que 1 ano |
|---|---|---|---|---|
| Fornecedores (Nota 14) | 105.827 | 105.827 | - | - |
| Cartões e vouchers em circulação (Nota 16) | 1.321.512 | - | 1.321.512 | - |
| Afiliados a pagar (Nota 15) | 1.095.945 | 1.095.945 | - | - |
| Total | 2.523.284 | 1.201.772 | 1.321.512 | - |

O montante com vencimento não determinado refere-se aos saldos de cartões e vouchers colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados. O vencimento é determinado somente após apresentação dos vouchers e das transações dos cartões por parte dos estabelecimentos, ocorrendo assim a transferência do saldo para afiliados a pagar. ***Risco de moeda:*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio sobre os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Em 31/12/2018 a Companhia não possui valores significativos atrelados a taxas de câmbio.

| | 31/12/2019 Euro | 31/12/2018 Euro |
|---|---|---|
| Contas a pagar - partes relacionadas | 679 | 427 |
| Exposição líquida no balanço | 679 | 427 |

***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. ***Perfil dos instrumentos financeiros:*** O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

| Instrumentos de taxa fixa | Rendimento/Taxa | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Ativos financeiros | | | |
| Títulos públicos (Nota 7) | 11,2 a 15,67% a.a. | 916.746 | 1.400.296 |
| | | 916.746 | 1.400.296 |
| **Instrumentos de taxa variável** | | | |
| Ativos financeiros | | | |
| Aplicação financeira - CDB's (Nota 7) | CDI | 1.079.339 | 580.689 |
| Operações financeiras de renda fixa automática (Nota 7) | | 265.439 | 378.046 |
| | | 1.344.778 | 958.735 |

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e SELIC nos seus investimentos e empréstimos a partes relacionadas respectivamente. ***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:*** Uma alteração de 1,00% nas taxas de juros CDI e SELIC, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

| | Lucro aumento | Lucro Diminuição | Patrimônio líquido aumento | Patrimônio líquido diminuição |
|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros a taxa variável | 40 | (40) | 40 | (40) |

***Risco de mercado:*** Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1,0 de capital circulante líquido. ***Risco de capital:*** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar uma relação de capital eficiente, afim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital, adequando a mesma às condições econômicas, podendo efetuar pagamentos de dividendos, redução de capital aos acionistas, recompra e alienação de ações de sua própria emissão, captação de empréstimos e financiamentos e contratação de operações com derivativos. **b. Valor justo versus valor contábil:** Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2019 e 2018 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos.
Outros investimentos financeiros, classificados como disponíveis para a venda, são registrados de acordo com sua natureza, podendo ser mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio de resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. Os demais instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, partes relacionadas, fornecedores, créditos e vouchers em circulação e afiliados a pagar, são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que esse instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil. ***Classificações contábeis e valores justos:*** *Valor justo contra valor contábil:* O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

| | Hierarquia valor justo | 2019 Valor contábil | 2019 Valor justo | 2018 Valor contábil | 2018 Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** | | | | | |
| Outros instrumentos financeiros | 2 | 1.344.778 | 1.344.778 | 958.735 | 958.735 |
| **Ativos e Passivos Financeiros - Custo Amortizado** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 2 | 1.652.480 | 1.652.480 | 1.734.023 | 1.734.023 |
| Fornecedores | 2 | 105.827 | 105.827 | 103.271 | 103.271 |
| Afiliados a pagar | 2 | 1.095.945 | 1.095.945 | 1.182.566 | 1.182.566 |
| Créditos e vouchers em circulação | 2 | 1.321.512 | 1.321.512 | 1.356.232 | 1.356.232 |
| Outros instrumentos financeiros - ações preferenciais | 2 | 33.000 | 33.000 | 33.00 | 33.00 |
| Emprestimos partes relacionadas | 2 | - | - | 1.290 | 1.290 |

| | Hierarquia valor justo | 2019 Valor contábil | 2019 Valor justo | 2018 Valor contábil | 2018 Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | | | | | |
| Outros instrumentos financeiros - títulos públicos | 2 | 916.746 | 916.746 | 1.400.296 | 1.400.296 |

***Hierarquia de valor justo:*** Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **26. Outros assuntos:** • Em alinhamento dos negócios do grupo SODEXO, em 1 Março de 2020, a Companhia realizou uma reestruturação societária onde houve a migração de um de seus produtos para uma outra empresa do grupo. O produto migrado, representa um percentual muito pequeno dentro da carteira de produtos da Companhia, de modo que não haverá impactos significativos em seus resultados. • A crise financeira global motivada pelo "Corona Vírus" (COVID-19), vem afetando substancialmente os sistemas financeiros nacional e internacional, incluindo a economia e o mercado de valores mobiliários. As principais bolsas de valores mobiliários do mundo caíram a níveis históricos. Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras a Administração da Companhia entende que não tem impactos financeiros nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 como resultado de eventos subsequentes. Adicionalmente, com o objetivo de definir ações para mitigar eventuais riscos e/ou impactos, a Administração acionou o BCP (*Business Continuity Plan*), monitorando diariamente a operação bem como os acontecimentos relacionados a epidemia do COVID-19.

**Geraldo França Sobreira** - Diretor Presidente **Bernarda Briceño Ramirez** - Diretora Financeira **Paloma Andrade** - CRC 1SP-241102/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020

KPMG

**KPMG Auditores Independentes** CRC 2SP014428/O-6 **Marco Antonio Pontieri** Contador CRC 1SP153569/O-0

## Ventura Holding S.A.

CNPJ nº 02.265.631/0001-68

**Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em Dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais)

Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo que as notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da Sociedade. **A Diretoria**

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | Controladora 2019 | Controladora 2018 | Consolidado 2019 | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | 2.918 | 4.674 | 5.185 | 6.805 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.365 | 2.147 | 2.538 | 3.186 |
| Contas a receber | 168 | 486 | 171 | 489 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.209 | 1.397 | 2.190 | 2.378 |
| Impostos a recuperar | 48 | 183 | 160 | 292 |
| Outras contas a receber | 128 | 461 | 128 | 461 |
| **Ativo não circulante** | 75.113 | 81.646 | 73.242 | 79.956 |
| **Realizável a longo prazo** | 145 | 218 | 23.838 | 24.019 |
| Depósitos judiciais | 10 | 16 | 406 | 414 |
| Contas a receber | – | – | 23.297 | 23.404 |
| Empréstimos a funcionários | 135 | 201 | 135 | 201 |
| **Demais investimentos** | 16 | 16 | 16 | 16 |
| **Propriedades para investimento** | – | – | 22.201 | 22.194 |
| **Investimentos em coligadas e controladas** | 66.484 | 66.756 | 12.582 | 12.581 |
| **Ganho proveniente de compra vantajosa** | (34.541) | (34.541) | (34.541) | (34.541) |
| **Imobilizado** | 43.006 | 49.195 | 43.013 | 49.203 |
| **Intangível** | 2 | 2 | 6.133 | 6.133 |
| **Diferido** | – | – | – | 350 |
| **Total ativo** | 78.030 | 86.321 | 78.427 | 86.761 |

| Passivo | Controladora 2019 | Controladora 2018 | Consolidado 2019 | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | 2.009 | 2.854 | 2.012 | 2.898 |
| Obrigações fiscais | 145 | 231 | 147 | 272 |
| Obrigações trabalhistas | 177 | 206 | 177 | 206 |
| Férias a pagar | 741 | 815 | 741 | 815 |
| Provisão para participação nos lucros | 856 | 759 | 856 | 759 |
| Contas a pagar | 90 | 843 | 91 | 846 |
| **Passivo não circulante** | 3.975 | 76.082 | 4.369 | 76.478 |
| Empréstimos e financiamentos | – | 46.498 | – | 46.498 |
| Juros sobre o capital próprio | – | 9.290 | – | 9.290 |
| Dividendos a pagar | – | 19.421 | – | 19.421 |
| Obrigações fiscais | – | – | 394 | 396 |
| Provisão para contingência | 3.975 | 873 | 3.975 | 873 |
| **Patrimônio líquido** | 21.646 | (15.115) | 21.646 | (15.115) |
| Capital social | 169.582 | 98.370 | 169.582 | 98.370 |
| Reserva de capital | 15.489 | 15.489 | 15.489 | 15.489 |
| Prejuízos acumulados | (163.426) | (128.975) | (163.426) | (128.975) |
| **Adiantamento para futuro aumento de capital** | 50.400 | 22.500 | 50.400 | 22.500 |
| **Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital** | 72.046 | 7.385 | 72.046 | 7.385 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 78.030 | 86.321 | 78.427 | 86.761 |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros: Reserva para fundo especial | Reserva de lucros: Reserva para retenção de lucros | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido | Adiantamento para futuro aumento de capital | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2017** | 74.370 | 1.015 | 1.015 | 13.459 | (93.277) | (3.418) | 24.000 | 20.582 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | – | – | – | – | – | – | 22.500 | 22.500 |
| Aumento de capital | 24.000 | – | – | – | – | 24.000 | (24.000) | – |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (35.698) | (35.698) | – | (35.698) |
| **Saldo em 31/12/2018** | 98.370 | 1.015 | 1.015 | 13.459 | (128.975) | (15.115) | 22.500 | 7.385 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | – | – | – | – | – | – | 57.400 | 57.400 |
| Aumento de capital | 71.211 | – | – | – | – | 71.211 | (29.500) | 41.711 |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (34.451) | (34.451) | – | (34.451) |
| **Saldo em 31/12/2019** | 169.582 | 1.015 | 1.015 | 13.459 | (163.426) | 21.646 | 50.400 | 72.046 |

**Demonstração do Resultado**

| | Controladora 2019 | Controladora 2018 | Consolidado 2019 | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 1.142 | 702 | 1.142 | 702 |
| **Despesas administrativas** | | | | |
| Despesas administrativas | (27.153) | (32.684) | (27.238) | (32.773) |
| Equivalência patrimonial | (282) | (2.239) | (107) | (208) |
| Resultado na alienação de ativo imobilizado | 177 | (26.698) | 177 | (26.698) |
| Desvalorização de imobilizado | (3.518) | 45.695 | (3.518) | 45.695 |
| Outras despesas e receitas operacionais | (3.096) | (30) | (3.251) | (2.034) |
| **Despesas administrativas** | (33.872) | (15.956) | (33.936) | (16.017) |
| **Resultado antes das despesas e receitas financeiras** | (32.730) | (15.254) | (32.794) | (15.315) |
| Receitas financeiras | 245 | 427 | 309 | 487 |
| Despesas financeiras | (1.966) | (20.870) | (1.966) | (20.870) |
| **Prejuízo do exercício** | (34.451) | (35.698) | (34.451) | (35.698) |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | Controladora 2019 | Controladora 2018 | Consolidado 2019 | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | (34.451) | (35.698) | (34.451) | (35.698) |
| **Outros resultados abrangentes** | – | – | – | – |
| **Resultado abrangente total** | (34.451) | (35.698) | (34.451) | (35.698) |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

| | Controladora 2019 | Controladora 2018 | Consolidado 2019 | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | | | |
| Prejuízo do exercício | (34.451) | (35.698) | (34.451) | (35.698) |
| Ajustes por: Atualização dos impostos a recuperar | (2) | (45) | (2) | (45) |
| Resultado na equivalência patrimonial | 282 | 2.239 | 107 | 208 |
| Depreciação e amortização | 3.083 | 8.451 | 3.085 | 8.451 |
| Resultado na alienação de ativo imobilizado | 437 | 130.352 | 437 | 130.352 |
| Avaliação *impairment* | 3.518 | (45.695) | 3.518 | (45.695) |
| Amortização e baixas do ativo diferido | – | – | 260 | 2.099 |
| Provisão para participação nos lucros | 856 | 759 | 856 | 759 |
| Provisão para contingência | 3.102 | 30 | 3.102 | 30 |
| Juros com arrendamento mercantil | – | 206 | – | 206 |
| Variação cambial de empréstimo | 1.954 | 20.652 | 1.954 | 20.652 |
| | (21.221) | 81.251 | (21.135) | 81.319 |
| **Variações ativos e passivos operacionais** | | | | |
| Contas a receber | 318 | (287) | 425 | (63) |
| Adiantamento a fornecedor | 188 | 1.260 | 188 | 1.259 |
| Impostos a recuperar | 137 | 530 | 134 | 758 |
| Outras contas a receber | 333 | (358) | 333 | (357) |
| Empréstimos a funcionários | 66 | (201) | 66 | (201) |
| Depósitos judiciais | 6 | 18 | 8 | 17 |
| Fornecedores | – | – | – | (3) |
| Obrigações fiscais | (86) | 54 | (37) | 54 |
| Obrigações trabalhistas | (29) | (174) | (29) | (173) |
| Férias a pagar e encargos | (74) | 51 | (74) | 51 |
| Pagamento de participação nos lucros | (759) | (754) | (759) | (754) |
| Outras contas a pagar | (753) | 177 | (756) | 180 |
| **Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais** | (21.873) | 81.567 | (21.635) | 82.087 |
| **Atividades de investimento** | | | | |
| Investimentos permanentes em controladas e coligadas | (10) | (5) | (107) | (224) |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (848) | (4.528) | (848) | (4.527) |
| Aquisição de propriedade para investimento | – | – | (8) | (8) |
| AFAC | 57.400 | 22.500 | 57.400 | 22.500 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades investimento** | 56.542 | 17.967 | 56.436 | 17.741 |
| **Atividades de financiamento** | | | | |
| Pagamento de empréstimo | (48.450) | (100.892) | (48.450) | (100.892) |
| Aumento de capital social | 13.000 | – | 13.000 | – |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento** | (35.450) | (100.892) | (35.450) | (100.892) |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | (782) | (1.358) | (648) | (1.064) |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | | | |
| No início do exercício | 2.147 | 3.505 | 3.186 | 4.250 |
| No fim do exercício | 1.365 | 2.147 | 2.538 | 3.186 |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | (782) | (1.358) | (648) | (1.064) |

**A Diretoria**

**Alexandre Alves dos Santos** Contador - CRC 1SP274394/O-6

## Raix Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ nº 05.676.017/0001-87

**Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em Dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais)

**Relatório da Diretoria:** Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo que as notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da Sociedade.

| Balanço Patrimonial | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Ativo** | 60.348 | 60.664 |
| **Ativo Circulante** | 3.462 | 3.219 |
| Caixa e Bancos | 58 | 74 |
| Aplicações Financeiras | 1.109 | 961 |
| Valores a Receber | 3 | 3 |
| Impostos a Recuperar | 112 | 109 |
| Adiantamento a Fornecedores | 980 | 980 |
| Outros Créditos | 1.200 | 1.092 |
| **Ativo não Circulante** | – | – |
| **Realizável a Longo Prazo** | 45.497 | 45.598 |
| Outros Créditos | 23.297 | 23.404 |
| Imóveis a Comercializar | 22.200 | 22.194 |
| **Investimentos** | 11.382 | 11.488 |
| **Imobilizado** | 7 | 9 |
| **Diferido** | – | 350 |
| **Intangível** | – | – |
| **Passivo** | 60.348 | 60.664 |
| **Passivo Circulante** | 2 | 40 |
| Obrigações Tributarias | 1 | 40 |
| Outras Contas a Pagar | 1 | – |
| **Passivo não Circulante** | – | – |
| **Patrimônio Líquido** | 60.346 | 60.624 |
| Capital Social | 85.570 | 85.570 |
| Prejuízos Acumulados | (25.224) | (24.946) |

| Demonstração do Resultados | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Receitas e Despesas Operacionais** | | |
| Despesas Gerais e Administrativas | (65) | (67) |
| Despesas Financeiras | – | – |
| Receitas Financeiras | 64 | 60 |
| Despesas Tributárias | (15) | (14) |
| Outras Receitas Operacionais | 104 | 102 |
| Outras Despesas Operacionais | (366) | (2.306) |
| **Resultado Operacional antes dos Tributos** | (278) | (2.225) |
| Provisão de I.R. e C.S. | – | – |
| **Lucro Líquido do Exercício** | (278) | (2.225) |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Capital Social à Integralizar | Prejuízos Acumulados | Total do Patrimônio Líquido | Adiantamento para futuro aumento de capital | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2018** | 85.643 | (73) | (24.946) | 60.624 | – | 60.624 |
| Prejuízo do Período de 2019 | – | – | (278) | (278) | – | **(278)** |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | 85.643 | (73) | (25.224) | 60.346 | – | 60.346 |

| Demonstração do Fluxo de Caixa | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Atividades Operacionais** | – | – |
| **Variações Ativos e Passivos Operacionais** | – | – |
| Impostos a Recuperar | (9) | 224 |
| Outros Créditos | 141 | 129 |
| Fornecedores | (49) | (52) |
| Obrigações Sociais e Tributárias | (5) | (5) |
| **Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades Operacionais** | 78 | 296 |
| **Atividades de Investimento** | | |
| Imóveis a Comercializar | (6) | (7) |
| Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis | – | (1) |
| Baixas de Ativos Imobilizados | 9 | 11 |
| Baixas de Ativos Diferidos | 51 | – |
| **Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento** | 54 | 3 |
| **Atividades de Financiamento** | – | – |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa** | 132 | 299 |
| **Disponibilidades** | – | – |
| No Início do Exercício | 1.034 | 735 |
| No Fim do Exercício | 1.166 | 1.034 |
| **Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa** | 132 | 299 |

**A Diretoria**

**Francisco de Assis Franchi** - Contador - CRC 1SP117.850/O-8

FRAZÃO LEILÕES **LEILÃO Online** **13/04/2020** 2ª Feira - às 11hs **Santander**

**O leilão já está aberto na internet para receber lances.**

**Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.**

**09 IMÓVEIS**

**SP: São Paulo, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Iracemópolis.**
**MG: Varginha, Divinópolis, Ituiutaba. GO: Goiânia.**

**Lance inicial até 50% abaixo do valor de mercado. Crédito Imobiliário em até 420 meses. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.**

**Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836**

**Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br**

## Daitan Comércio de Veículos Ltda.

CNPJ (MF) Nº 67.375.899/0001-06

**Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018** - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| Ativo | Notas | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | 58.704 | 50.091 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3 | 10.387 | 10.060 |
| Contas a Receber de Clientes | 4 | 10.515 | 10.215 |
| Estoques | 5 | 36.926 | 29.068 |
| Adiantamentos | | 308 | 316 |
| Tributos a Recuperar | 6 | 409 | 328 |
| Despesas de Exercício Seguinte | | 159 | 104 |
| **Ativo não Circulante** | | 37.285 | 23.833 |
| **Realizável a Longo Prazo** | | 12.517 | 6.412 |
| Depósitos Caucionados | | 73 | 28 |
| Capitalização Fundo FIDC | 7 | 12.444 | 6.384 |
| Imobilizado | 8 | 17.949 | 17.300 |
| Direitos de Uso - CPC 06 | 14 | 6.696 | - |
| Intangível | | 123 | 121 |
| **Total do Ativo** | | 95.989 | 73.924 |

| Passivo | Notas | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | | 50.300 | 20.575 |
| Fornecedores | 9 | 24.002 | 10.616 |
| Obrigações Trabalhistas e Sociais | 10 | 2.152 | 2.229 |
| Provisões Trabalhistas | 11 | 2.364 | 2.553 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 12 | 1.200 | 930 |
| Adiantamentos de Clientes | | 226 | 103 |
| Juros S/ Capital Próprio a Pagar | 16.d | 3.614 | 3.614 |
| Outras Contas a Pagar | 13 | 9.998 | 194 |
| Passivo de Arrendamento | 14 | 6.696 | - |
| Lucros a Distribuir – Pessoa Física | | 48 | 336 |
| **Passivo não Circulante** | | 25.335 | 41.790 |
| Passivos Contingentes | 15 | 203 | 9.583 |
| Parcelamento | 12 | 251 | 241 |
| Lucros a Distribuir - Pessoa Física | 16.b | 24.881 | 31.966 |
| **Patrimônio Líquido** | | 20.354 | 11.559 |
| Capital Social | 16.a | 15.155 | 10.070 |
| Reservas | | 5.199 | 1.489 |
| **Total do Passivo** | | 95.989 | 73.924 |

**Demonstração do Resultado do Exercício**
**Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Demonstração do Resultado | Notas | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Líquida** | 17 | 468.483 | 479.277 |
| Custos das Mercadorias Vendidas | | (403.165) | (408.820) |
| **Resultado Operacional Bruto** | | 65.318 | 70.457 |
| **(Despesas) Receitas Operacionais:** | | (69.187) | (58.624) |
| Despesas de Pessoal | | (34.042) | (34.870) |
| Despesas Comerciais | | (2.043) | (1.326) |
| Despesas Administrativas | 18 | (31.777) | (21.072) |
| Despesas Tributárias | | (2.959) | (2.162) |
| Outras Receitas/Despesas | | 1.634 | 806 |
| **Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro** | | (3.869) | 11.833 |
| Resultado Financeiro Líquido | 19 | 9.562 | (477) |
| **Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | | 5.693 | 11.356 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro | | (1.984) | (3.141) |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | 3.709 | 8.215 |
| **Lucro Líquido por Quota – Em Reais** | | 0,24 | 0,82 |

**ENILSON ZANINOTTO** - Sócio-Diretor **IDEVALDO RUBENS MAMPRIN** - Sócio-Diretor
**EDSON FERNANDES BALTAR** - CT - CRC - 1SP 173966/O-7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e estão à disposição na sede da empresa.

**TIMPEL S.A.** - CNPJ/MF: 06.370.174/0001-22 - NIRE: 35.300.315.952

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os Srs. acionistas da **Timpel S.A.** ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 24.04.2020, às 9h30, na sede social da Companhia, localizada na Rua Simão Alvares, nº 356, Conjuntos 51, 41 e 42, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05417-020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a homologação do aumento de capital social da Companhia aprovado na AGE realizada em 21.02.2020; (ii) alteração da redação do Artigo 5º; (iii) ratificação da criação de subsidiária da Companhia no exterior; e (iv) a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 06.04.2020. Marcelo Britto Passos Amato - Conselheiro de Administração

**APSEN Farmacêutica S/A**

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35300159632

**Edital de Cancelamento de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Ficam os Senhores Acionistas da **APSEN Farmacêutica S/A,** informados do **Cancelamento** da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que estava prevista para ocorrer às 14h00 do dia 24 de abril de 2019 na sede da Companhia, por prudência e precaução, visando colaborar com as autoridades públicas quanto à necessidade de proteção da sociedade, face as ameaças de transmissão do vírus Covid-19. A decisão foi tomada com fundamento no previsto na Medida Provisória nº 931/2020, que autorizou a extensão do prazo para realização das assembleias gerais das companhias. Os acionistas serão informados oportunamente acerca de nova data para realização de referida assembleia. São Paulo/SP, 23 de março de 2020. **Renato Spallicci** - Diretor Presidente; **Renata Farias Spallicci** - Diretora de Assuntos Corporativos.

**ISEC SECURITIZADORA S.A.**

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. (SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A. A PARTIR DE 01/09/2017).**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("CRI" e "Securitizadora" respectivamente), nos termos das cláusulas 14.2, em especial a cláusula 14.15, do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 29ª, 30ª e 31ª Séries, celebrado em 28 de dezembro de 2016, conforme aditado ("TS"), a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia 29/04/2020, às 10:00h, de forma remota através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, observada a Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020 e o Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN datado de 26 de março de 2020, mediante envio de link para a participação da conferência pela Securitizadora, para deliberar sobre: (i) Medidas a serem tomadas em razão do término do prazo concedido na ata de Assembleia Geral dos Titulares de CRI realizada em 19 de setembro de 2019 ("AGT 19/09/2019"), para que (i) a Devedora sanasse o inadimplemento junto ao Banco Santander S.A. em montante superior à R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de modo a declarar, ou não, o vencimento antecipado dos CRI, conforme cláusula 6.1 alínea "(h)" do Instrumento Particular de Contrato de Financiamento Imobiliário ("Contrato de Financiamento"), e, em caso de não declaração do vencimento antecipado dos CRI, deliberar pela concessão de prazo adicional, para que a Devedora sane o referido descumprimento (ii) a Devedora reenquadrasse a Razão de Garantia de Direitos Creditórios e a Razão no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da AGT 19/09/2019; (ii) Em decorrência de solicitação formal da Ginco Urbanismo Ltda. ("Devedora") datada de 12 de fevereiro de 2020, das medidas a serem tomadas em razão do descumprimento, pela Devedora, da Razão de Direitos Creditórios, conforme disposto na cláusula 1.1 do TS, de modo a declarar, ou não, o vencimento antecipado dos CRI, conforme cláusula 6.1 "(b)" do Contrato de Financiamento, bem como pela concessão de prazo adicional de 01 (um) ano, a contar da aprovação em assembleia, para que a Devedora sane o referido inadimplemento; e (iii) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens (i) e (ii) acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da assembleia em primeira convocação é de titulares do CRI que representem pelo menos, 2/3 (dois terços) do valor total dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, sendo que o quórum de deliberação é de maioria absoluta (50% mais um) dos CRI presentes. Reforçamos que o link para a participação da conferência será enviado a cada um dos titulares que se cadastrarem diretamente com o Agente Fiduciário e com a Securitizadora, mediante o envio de documentos de representação (contrato/estatuto social, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários) para os e-mails: assembleias@pentagonotrustee.com.br e gestao@isecbrasil.com.br. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário e, caso não seja possível em razão do cenário de pandemia, apresentar juntamente à procuração cópia do documento de identidade do outorgante. Para que seja garantida a participação na assembleia, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e à Securitizadora por e-mail, para assembleias@pentagonotrustee.com.br e gestao@isecbrasil.com.br.

São Paulo, 08 de abril de 2020. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

TRONOX **TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF 15.115.504/0001-24 - NIRE 29.300.010.065

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária da **Tronox Pigmentos do Brasil S.A.** ("Companhia") a ser realizada no dia 29 de abril de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada no Km 20 da BA-099, Distrito de Abrantes, Município de Camaçari, Estado da Bahia, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **(ii)** examinar, discutir e votar a proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e **(iii)** eleger os membros do Conselho de Administração e fixar os honorários dos administradores para o ano vigente. Instruções Gerais: **1.** Para que sejam admitidos na Assembleia Geral Ordinária os acionistas deverão portar os seguintes documentos: **(i)** documento de identidade, **(ii)** instrumento de mandato em caso de acionista representado por procurador, **(iii)** extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, **(iv)** prova de poderes de representação, no caso das pessoas jurídicas e fundos de investimento. Os instrumentos de mandato outorgados por acionistas deverão ser depositados na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia Geral Ordinária. **2.** Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data na sede da Companhia, no endereço eletrônico da Companhia em www.tronox-al.com.br da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em www.cvm.gov.br e da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores e Mercadorias de São Paulo, em www.bmfbovespa.com.br. **3.** O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição do voto múltiplo, na forma da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, é, nesta data, de 5% (cinco por cento). Os percentuais mínimos de ações com e sem direito voto, para a instalação do Conselho Fiscal, consoante o previsto na Instrução CVM nº 324/00, são, respectivamente, de 2% e 1%. Camaçari, 09 de abril de 2020. **Paulo Roberto Dantas Oliveira - Presidente do Conselho de Administração.**

**MOINHO PROGRESSO S/A**

CNPJ Nº 60.866.688/0001-19

**2ª Convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Reforma do Estatuto e Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22 de abril de 2020 - CONVOCAÇÃO**

A diretoria da sociedade convida os Srs.(as) Acionistas da Moinho Progresso S/A, a se reunirem em segunda convocação para Assembleia Geral Extraordinária para Reforma do Estatuto Social e para Assembleia Geral Ordinária, na sede social, rua Emilio Goeldi nº 95, a realizar-se às 11 hs, do dia 22 de abril de 2020, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** Leitura, discussão e votação da proposta de reforma do Estatuto Social e posterior consolidação do Novo Estatuto, contando com as seguintes alterações: Criação e regulamentação do Conselho de Administração; reformulação das competências e funcionamento da Diretoria; Alteração na forma de convocação e competências da Assembleia Geral; Adequação de todo o Estatuto às modificações introduzidas, com regras específicas de competência e remuneração dos órgãos. Ficam inalterados o Objeto Social e a Política de Dividendos. **Assembleia Ordinária:** Leitura, discussão e votação do relatório da Diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019; destinação do lucro do exercício; eleição do Conselho de Administração, fixação dos honorários dos órgãos de Administração para o exercício de 2020, providencias para a perspectiva econômica de 2020. **AVISOS GERAIS (COVID 19):** O Estatuto compilado, as demonstrações financeiras e a proposta integral de reforma do Estatuto encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da companhia, podendo ser retirados por terceiros devidamente autorizados em documento assinado e datado. Os relatórios financeiros foram publicados no DOE e no Jornal O Dia- SP no dia 22 de fevereiro de 2020. Levando-se em consideração a situação de Emergência de Saúde Pública e o decreto 64.881/2020 do Estado de São Paulo, os documentos também poderão ser requeridos e obtidos pelos acionistas através de *e-mail*, bastando a identificação do acionista requerente e indicação do *e-mail* para resposta. A requisição deverá ser endereçada a moprosa@uol.com.br aos cuidados da Sra. Adriane. Os acionistas podem ser representados por procuradores devidamente mandatados, atendendo os critérios legais e em especial o art. 126 da Lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta convocatória. São Paulo, 9 de abril de 2020. **Renato Ragazzini, Diretor Presidente, Rodrigo Goestchi Gentil, Diretor.** **(09, 10 e 14)**

## FUGINI ALIMENTOS LTDA

CNPJ nº 00.588.458/0001-03

**Demonstrações Financeiras**

**Balanços Patrimoniais combinados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018** *(Em milhares de reais)*

| Ativo | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Circulante** | 206.584 | 196.508 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.998 | 11.321 |
| Contas a receber | 68.684 | 50.072 |
| Estoques | 105.928 | 128.193 |
| Tributos a recuperar | 13.545 | 4.444 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 154 |
| Demais contas a receber | 2.429 | 2.324 |
| **Não circulante** | 194.038 | 146.192 |
| **Relizável a longo prazo** | 54.494 | 3.382 |
| Tributos a recuperar | 48.057 | 2.830 |
| Impostos diferidos | 5.707 | - |
| Depósitos judiciais | 730 | 552 |
| Imobilizado | 133.744 | 141.622 |
| Intangível | 1.153 | 1.188 |
| Direito de Uso | 4.647 | - |
| **Total do ativo** | 400.622 | 342.700 |

| Passivo | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Circulante** | 169.530 | 197.492 |
| Fornecedores | 54.410 | 44.217 |
| Empréstimos e financiamentos | 89.975 | 137.401 |
| Passivo de arrendamento | 1.905 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 260 | - |
| Obrigações sociais | 10.234 | 8.631 |
| Obrigações tributárias | 8.979 | 5.222 |
| Adiantamentos de clientes | 1.779 | 1.618 |
| Outras provisões | 1.624 | - |
| Demais contas a pagar | 364 | 403 |
| **Não circulante** | 111.791 | 62.264 |
| Empréstimos e financiamentos | 89.158 | 58.842 |
| Passivo de arrendamento | 2.936 | - |
| Obrigações tributárias | 2.465 | 2.080 |
| Impostos diferidos | - | 194 |
| Outras provisões | 3.110 | - |
| Provisão para contingências | 14.122 | 1.148 |
| **Patrimônio líquido** | 119.301 | 82.944 |
| Capital social | 1.600 | 1.600 |
| Reserva de subvenção para investimentos | 58.702 | 46.690 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 19.268 | 20.146 |
| Reserva de lucros | 39.641 | 14.508 |
| **Total do passivo** | 281.321 | 259.756 |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | 400.622 | 342.700 |

**Demonstrações do resultados abrangentes combinados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018** *(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Resultado do exercício** | 44.291 | 3.032 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | 44.291 | 3.032 |

**Demonstrações dos resultados combinados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018** *(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 395.356 | 380.601 |
| Custo dos produtos vendidos | (229.670) | (228.421) |
| **Lucro bruto** | 165.686 | 152.180 |
| **Despesas operacionais** | | |
| Com vendas e comerciais | (84.747) | (84.983) |
| Gerais e administrativas | (47.771) | (36.317) |
| Outras receitas operacionais | 53.902 | 14.356 |
| Outras despesas operacionais | (20.970) | (846) |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, e impostos** | 66.100 | 44.390 |
| Receitas financeiras | 19.968 | 2.485 |
| Despesas financeiras | (41.992) | (42.521) |
| **Resultado financeiro líquido** | (22.024) | (40.036) |
| **Resultado antes dos impostos** | 44.076 | 4.354 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (5.685) | (1.407) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 5.900 | 85 |
| **Resultado do exercício** | 44.291 | 3.032 |

**Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos combinados - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018** *(Em milhares de Reais)*

| | Capital social | Reserva de subvenção para investimentos | Ajustes de avaliação patrimonial | Reserva de lucros | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | 1.600 | 46.074 | 21.031 | 20.866 | 89.571 |
| Distribuição de dividendos conforme AGO | - | - | - | (7.652) | (7.652) |
| Resultado do exercício | - | - | - | 3.032 | 3.032 |
| Realização dos ajustes de avaliação patrimonial | - | - | (885) | 885 | - |
| Reserva de subvenção para investimento | - | 616 | - | (616) | - |
| Ajuste exercício anterior | - | - | - | (2.007) | (2.007) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | 1.600 | 46.690 | 20.146 | 14.508 | 82.944 |
| Distribuição de dividendos conforme AGO | - | - | - | (7.934) | (7.934) |
| Resultado do exercício | - | - | - | 44.291 | 44.291 |
| Realização dos ajustes de avaliação patrimonial | - | - | (878) | 878 | - |
| Reserva de subvenção para investimento | - | 12.102 | - | (12.102) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | 1.600 | 58.792 | 19.268 | 39.641 | 119.301 |

**Demonstrações dos fluxos de caixas combinados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018** *(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Resultado antes do IR e da contribuição social | 44.076 | 4.354 |
| **Ajustes sobre o resultado do exercício** | | |
| Depreciações e amortizações | 11.978 | 11.906 |
| Amortização CPC 06 | 1.772 | - |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | 1.308 | 811 |
| Provisão para contingênicas | 12.973 | (833) |
| Outras provisões | 4.892 | - |
| Valor líquido do ativo imobilizado vendido/baixado | 860 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 414 | (154) |
| Subvenção fiscal Produzir | (10.409) | (9.628) |
| Juros provisionados - CPC 06 | 506 | - |
| Ganho exclusão do ICMS da base do PIS e Cofins | (37.235) | - |
| Provisões juros sobre empréstimos | 17.114 | 19.148 |
| **(Aumento) redução nos ativos** | | |
| Contas a receber de clientes | (19.920) | 24.748 |
| Estoques | 22.265 | (23.207) |
| Impostos a recuperar | (17.093) | (3.355) |
| Outras contas a receber | (106) | 869 |
| Depósitos judiciais | (178) | 64 |
| **Aumento (redução) nos passivos** | | |
| Fornecedores | 10.192 | (3.664) |
| Obrigações sociais | 1.603 | (1.241) |
| Impostos e contribuições a recolher | 8.868 | 73 |
| Outras contas a pagar | 123 | (2.017) |
| Imposto de renda e contribuição social pago | (1.033) | (1.407) |
| Juros pagos | (16.508) | (15.337) |
| **Fluxo de caixa decorrente atividades operacionais** | 36.462 | 1.130 |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisições do ativo imobilizado | (4.311) | (12.620) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos** | (4.311) | (12.620) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Dividendos pagos | (7.934) | (7.652) |
| Amortizações de empréstimos e financiamentos | (141.128) | (107.550) |
| Pagamento de passivo de arrendamento | (2.084) | - |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 123.672 | 102.988 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos** | (27.474) | (12.214) |
| **Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes caixa** | 4.677 | (23.704) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 11.321 | 35.025 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 15.998 | 11.321 |
| **(Redução)/ aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa** | 4.677 | (23.704) |

O parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão disponíveis na sede da empresa.

**DIRETORIA** **Regiane Cristina Sechirolli da Silva** - Contadora CRC 1SP241538/O-3

**RICARDO NAHAT**, Oficial do 14° Registro de Imóveis dest a Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO INTER S/A, FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **DANIEL LOURENÇO RIBEIRO MEDEIROS,** brasileiro, divorciado, piloto de aeronave, RG nº 30.050.761-6-SSP/SP, CPF nº 215.821.848-79, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Tenente Rocha, nº 101, apartamento nº 21, Santana, fica intimado a purgar a mora mediante o pagamento referente a 30 (trinta) prestações em atraso, vencidas de 10/09/2017 a 10/02/2020, no valor de R$234.169,53 (duzentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$247.129,26 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), que atualizado até 21/05/2020, perfaz o valor de R$266.743,06 (duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e três reais e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO INTER S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Nossa Senhora da Saúde, nº 1330, apartamento tipo nº 114B, localizado no 11º andar ou 11º pavimento da Torre B ou Torre 02 (Jacarandá), integrante do Condomínio Edifício You, Saúde, na Saúde – 21° Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 8 na matrícula nº 213.050. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO INTER S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 07 de abril de 2020. O Oficial. 08,09 e 10/04

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE Jose de Sousa Magalhães, REQUERIDO POR Manuel de Sousa Magalhaes e outros - PROCESSO Nº0026759-75.2012.8.26.0100.** O(A) Dr(a). Vivian Wipfli, MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central Cível, Comarca de SÃO PAULO do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a(o)s que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, expedido nos autos de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA requerida por Maria de Jesus Sousa Magalhaes e outros, em curso per este juízo, que estando Jose de Sousa Magalhaes, português, solteiro, aposentado, RNE n° V324887-0, nascido em 23/11/1944, filho de Joaquina Domingues de Sousa e José Antonio de Magalhães, em lugar incerto e não sabido e desaparecido há aproximadamente 3 anos, foi determinada a expedição do presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial durante um ano, de dois em dois meses, ficando o mencionado senhor citada da presente ação e, para no prazo de lei, integrar a instância e alegar o que se lhe oferece em defesa de seus direitos e bens, entrando na posse dos bens arrecadados, conforme auto de arrecadação de fls 137/138, sob pena de, findo o prazo e não havendo manifestação, prosseguir-se no feito à sua revelia, valendo a citação para todos os atos e termos do processo, devendo o citado fazer-se representar nos autos por advogado legalmente constituído. A ausência foi declarada por sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Duque Gadelho Júnior, datada de 11/07/2013, tendo sido nomeado curadora MARIA DE JESUS SOUSA MAGALHÃES, RNE nº W363.963-J, comerciante e aposentada, solteira. Nos termos do art. 285 do C.P.C. Fica o citado advertido de que a sua não manifestação presumirá como verdadeiro o alegado. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado na cidade de SÃO PAULO em 13 de maio de 2019.

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo 1116851-72.2018.8.26.0100. A Dra. Flavia Poyares Miranda, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Fórum Central/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Seong Mi Sung Hong CPF: 214.888.448-44, que Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social CNPJ: 33.544.370/0014-63 (entidade mantenedora do Colégio São Luis) ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 46.094,12 (Novembro/2018), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida firmado entre as partes em 28/01/2016. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embargue a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2020. 09 e 10/04

CCR

# Infra SP Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.209.677/0001-16

## Relatório da Administração

**1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas:** Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Infra SP Participações e Concessões S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 09 de abril de 2020.

**A Administração**

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 2.130 | 1 |
| Aplicações financeiras | 6 | 20.317 | - |
| Tributos a recuperar | | 7.754 | - |
| Dividendos a receber | | - | 26.713 |
| Despesas antecipadas e outras | | 66 | - |
| Total do ativo circulante | | 30.267 | 26.714 |
| **Não circulante** | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | |
| AFAC - partes relacionadas | | - | 742.862 |
| **Investimentos** | 9 | 2.432.248 | 1.693.002 |
| Total do ativo não circulante | | 2.432.248 | 2.435.864 |
| Total do ativo | | 2.462.515 | 2.462.578 |

| Passivo | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | | 211 | - |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 6.170 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | | 4.539 | - |
| Contas a pagar - partes relacionadas | 8 | 20 | 22.680 |
| Dividendos a pagar | | - | 89.607 |
| Outras contas a pagar | | 2 | - |
| Total do passivo circulante | | 10.942 | 112.287 |
| **Não circulante** | | | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.337 | - |
| Total do passivo não circulante | | 1.337 | - |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 10a | 1.627.444 | 1.621.444 |
| Transação de capital entre acionistas | 10d | (26.409) | (26.409) |
| Reserva de capital | 10c | 486.435 | 486.435 |
| Reserva lucros | 10b | 1.798 | - |
| Dividendos adicionais propostos | 10e | 360.968 | 268.821 |
| Total do patrimônio líquido | | 2.450.236 | 2.350.291 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.462.515 | 2.462.578 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | Capital Social - Subscrito | Capital Social - A Integralizar | Transação de capital entre acionistas | Reserva de Capital - Ágio na subscrição de ações | Reservas de lucros - Legal | Dividendos adicionais propostos | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1° de janeiro de 2018** | | 10 | (9) | - | - | - | - | - | 1 |
| Integralização de capital mediante a transferência de quotas em 29 de outubro de 2018 | | - | 9 | - | - | - | - | - | 9 |
| Aumento de capital mediante a transferência de ações em 29 de outubro de 2018 | | 1.621.434 | - | (26.409) | 486.435 | - | - | - | 2.081.460 |
| Subscrição de capital em 21 de dezembro de 2018 | | 6.000 | (6.000) | - | - | - | - | - | - |
| Lucro do exercício | | - | - | - | - | - | - | 358.428 | 358.428 |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Dividendo mínimo obrigatório | | - | - | - | - | - | - | (89.607) | (89.607) |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | - | 268.821 | (268.821) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | | 1.627.444 | (6.000) | (26.409) | 486.435 | - | 268.821 | - | 2.350.291 |
| Integralização de capital em 05 de janeiro de 2019 | 10a | - | 6.000 | - | - | - | - | - | 6.000 |
| Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2019 | 10e | - | - | - | - | - | (263.822) | - | (263.822) |
| Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019 | 10e | - | - | - | - | - | (4.999) | - | (4.999) |
| Lucro do exercício | | - | - | - | - | - | - | 1.283.152 | 1.283.152 |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 10b | - | - | - | - | 1.798 | - | (1.798) | - |
| Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019 | 10e | - | - | - | - | - | - | (893.576) | (893.576) |
| Juros sobre capital próprio | 10f | - | - | - | - | - | - | (26.810) | (26.810) |
| Dividendo adicional proposto | 10e | - | - | - | - | - | 360.968 | (360.968) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | | 1.627.444 | - | (26.409) | 486.435 | 1.798 | 360.968 | - | 2.450.236 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

| Despesas operacionais | Nota | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Despesas gerais e administrativas** | | | |
| Serviços | | (6.689) | - |
| Despesas com pessoal | | (18.079) | - |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (36) | - |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos | | (188) | - |
| Água, luz, telefone, internet e gás | | (1) | - |
| Contribuições a sindicatos e associações de classe | | (15) | - |
| Gastos com viagens e estadias | | (145) | - |
| Impostos, taxas e despesas com cartório | | (2) | (1) |
| Editais e publicações | | (99) | - |
| Despesas legais e judiciais | | (49) | - |
| Outros | | (100) | - |
| | | (25.403) | (1) |
| **Outros resultados operacionais** | | 58 | - |
| **Resultado de equivalência patrimonial** | 9 | 1.310.882 | 358.429 |
| **Resultado antes do resultado financeiro** | | 1.285.537 | 358.428 |
| Resultado financeiro | | (2.385) | - |
| **Lucro do exercício** | | 1.283.152 | 358.428 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício** | 1.283.152 | 358.428 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | 1.283.152 | 358.428 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício** | **1.283.152** | **358.428** |
| Ajustes por: | | |
| Equivalência patrimonial | (1.310.882) | (358.429) |
| Ganho por variação patrimonial de investimentos | (58) | - |
| | **(27.788)** | **(1)** |
| **Variações nos ativos e passivos** | | |
| **(Aumento) redução dos ativos** | | |
| Tributos a recuperar | (7.754) | - |
| Despesas antecipadas e outras | (66) | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebido | 1.341.269 | 4.000 |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | |
| Fornecedores | 211 | - |
| Fornecedores - partes relacionadas | (22.660) | (3.999) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 7.507 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 4.539 | - |
| Outras contas a pagar | 2 | - |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **1.295.260** | - |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aplicações financeiras líquidas de resgate | (20.317) | - |
| **Caixa líquido usado nas atividades de investimento** | **(20.317)** | - |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Dividendos pagos | (1.278.814) | - |
| Integralização de capital | 6.000 | - |
| **Caixa líquido usado nas atividades de financiamento** | **(1.272.814)** | - |
| **Aumento do caixa e equivalentes de caixa** | **2.129** | - |
| **Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa** | | |
| No início do exercício | 1 | 1 |
| No final do exercício | 2.130 | 1 |
| | **2.129** | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Contexto operacional:** A Companhia Infra SP Participações e Concessões S.A. foi constituída em 21 de novembro de 2017, como uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a prestação de serviços de administração em geral às demais empresas do Grupo CCR, de acordo com seu objeto social, além de participar em outras sociedades. A Companhia está domiciliada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4° andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é acionista das seguintes empresas: **Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)**: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 17 de abril de 2027. **Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo (CCR ViaOeste):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até 31 de dezembro de 2022. **Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste):** Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de junho de 2038. **Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Francisco Alves Negrão (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até 18 de setembro de 2028. **Renovias Concessionária S.A. (Renovias):** Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vigora até 14 de junho de 2022. **Inovap 5:** Tem por objetivo a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias. Atualmente, a Sociedade não tem operações. **1.1. Processo de investigação:** Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R$ 81.530, dos quais R$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora CCR S.A., no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo. Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora CCR S.A. por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora CCR S.A. reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

**2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto *(joint ventures)*. • Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. • Controladas em conjunto: Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir. ***b) Combinação de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o grupo. A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. ***c) Instrumentos financeiros:*** • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros apurada na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros apurada na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR: Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. • Aplicações financeiras: Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período. ***e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***f) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros. ***g) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***h) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data do balanço. Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. ***i) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:*** O Grupo CCR adotou inicialmente, a partir de 1 de janeiro de 2019, as seguintes normas. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2). • **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. ***j) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

**3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As Demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 09 de abril de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, está incluída na nota explicativa 11 Instrumentos financeiros.

**4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

**5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

| | Menos de 1 ano |
|---|---|
| Contas a pagar - partes relacionadas | 20 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 213 |

**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 13 | 1 |
| Fundos de investimentos | 2.117 | - |
| **Total - Caixa e equivalentes de caixa** | 2.130 | 1 |

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Aplicações financeiras | | |
| Fundos de investimentos | 20.317 | - |
| **Total - Aplicações financeiras** | 20.317 | - |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano. **7. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.283.152 | 358.428 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | (436.272) | (121.866) |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | |
| Equivalência patrimonial | 445.700 | 121.866 |
| Despesas indedutíveis | (32) | - |
| Remuneração variável de dirigentes estatutários | (208) | - |
| Juros sobre capital próprio | (7.336) | - |
| Imposto diferido não constituído (a) | (1.872) | - |
| Outros ajustes tributários | 20 | - |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | - | - |
| Alíquota efetiva de impostos | 0,00% | 0,00% |

(a) Diferenças temporárias não constituídas por falta de expectativa de realização. A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais de R$ 32 e bases negativas de R$ 256, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido de (IRPJ/CSLL) seria de R$ 31 em 31 de dezembro de 2019.

**8. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, controladora, controladas e outras partes relacionadas.

| | 2019 Saldos - Passivo - Fornecedores e contas a pagar | 2018 Saldos - Ativo - AFAC | 2018 Saldos - Ativo - Dividendos a receber | 2018 Saldos - Passivo - Contas a pagar | 2018 Saldos - Passivo - Dividendos a pagar |
|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | | | | | |
| CCR | 8 (e) | - | - | - | 89.607 (c) |
| **Controlada** | | | | | |
| RodoAnel Oeste | - | 742.862 (a) | - | - | - |
| SPVias | - | - | 26.713 (d) | - | - |
| **Outras partes relacionadas** | | | | | |
| CPC | - | - | - | 22.680 (b) | - |
| Mobilidade Participações e Concessões S.A. | 12 (e) | - | - | - | - |
| Total circulante | 20 | - | - | 22.680 | - |
| Total não circulante | - | 742.862 | 26.713 | - | 89.607 |
| Total | 20 | 742.862 | 26.713 | 22.680 | 89.607 |

| Despesas com profissionais-chave da administração | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Remuneração: (f) | | |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa | 4.012 | - |
| Outros benefícios: | | |
| Provisão de participação no resultado | | |
| Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte | 606 | - |
| Complemento de PPR do ano anterior pago no ano | 257 | - |
| Previdência privada | 91 | - |
| Seguro de vida | 4 | - |
| | 4.970 | - |

| Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Remuneração dos administradores (f) | 805 | - |

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 8.900, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Adiantamento para futuro aumento de capital no RodoAnel constituído anteriormente pela antiga acionista; (b) Acordo firmado com a antiga acionista da SPVias e Renovias referente ao repasse de dividendos que foram apurados antes da aquisição das controladas. (c) Valor a distribuir referente a dividendos mínimos obrigatório do exercício de 2018; (d) Valor a receber da controlada SPVias referente a dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018; (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. **9. Investimentos *a) Investimentos em controladas:***

| Controladas | Atividade principal | Local de constituição e operação | Percentual de participação 2019 | | Percentual de participação 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| AutoBAn | Concessão rodoviária | Brasil (SP) | 100,00% | | 100,00% |
| ViaOeste | Concessão rodoviária | Brasil (SP) | 100,00% | | 100,00% |
| RodoAnel Oeste | Concessão rodoviária | Brasil (SP) | 99,5867% | (a) | 99,0391% |
| SPVias | Concessão rodoviária | Brasil (SP) | 100,00% | | 100,00% |
| Inovap | Serviços | Brasil (SP) | 99,9999% | | 99,9999% |
| Renovias | Concessão rodoviária | Brasil (SP) | 40,00% | | 40,00% |

(a) Em 27 de novembro de 2019, houve aumento de capital da controlada RodoAnel Oeste, mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFACs). ***b) Composição dos investimentos em controladas***

| | Patrimônio líquido das investidas 2019 | Patrimônio líquido das investidas 2018 | Investimentos 2019 | Investimentos 2018 | Resultado líquido do exercício das investidas 2019 | Resultado líquido do exercício das investidas 2018 | Resultado de equivalência patrimonial 2019 | Resultado de equivalência patrimonial 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AutoBAn | 499.485 | 474.668 | 499.484 | 474.667 | 765.599 | 687.523 | 765.599 | 178.567 |
| ViaOeste | 246.862 | 245.399 | 246.862 | 245.399 | 316.734 | 301.585 | 316.734 | 75.006 |
| RodoAnel Oeste | 1.310.495 | 560.570 | 1.305.080 | 555.185 | 16.063 | (7.171) | 15.938 | (5.649) |
| SPVias | 267.165 | 290.988 | 267.165 | 290.987 | 161.059 | 140.377 | 161.059 | 98.736 |
| SPVias (Ágio) | - | - | 26.247 | 28.690 | - | - | (2.443) | (410) |
| Inovap | 680 | 840 | 681 | 840 | (159) | (96) | (159) | (26) |
| Renovias | 94.172 | 73.400 | 37.668 | 29.358 | 182.423 | 165.110 | 72.969 | 16.939 |
| Renovias (Ágio) | - | - | 49.061 | 67.876 | - | - | (18.815) | (4.734) |
| Total de investimento | 2.418.859 | 1.645.865 | 2.432.248 | 1.693.002 | 1.441.719 | 1.287.328 | 1.310.882 | 358.429 |

***c) Movimentação dos investimentos***

| | Saldo inicial 2018 | Aumento de capital | Aquisição de Participação | Resultado de equivalência patrimonial 2019 | Dividendos e JCP | Saldo final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AutoBAn | 474.667 | - | - | 765.599 | (740.782) | 499.484 |
| ViaOeste | 245.399 | - | - | 316.734 | (315.271) | 246.862 |
| RodoAnel Oeste | 555.185 | 742.862 | 58 | 15.938 | (8.963) | 1.305.080 |
| SPVias | 290.987 | - | - | 161.059 | (184.881) | 267.165 |
| SPVias (Ágio) | 28.690 | - | - | (2.443) | - | 26.247 |
| Inovap | 840 | - | - | (159) | - | 681 |
| Renovias | 29.358 | - | - | 72.969 | (64.659) | 37.668 |
| Renovias (Ágio) | 67.876 | - | - | (18.815) | - | 49.061 |
| Total | 1.693.002 | 742.862 | 58 | 1.310.882 | (1.314.556) | 2.432.248 |

***d) Informações financeiras resumidas das controladas***

| | 2019 Total do ativo | 2019 Total do passivo circulante e não circulante | 2019 Total das receitas brutas do exercício | 2019 Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 2018 Total do ativo | 2018 Total do passivo circulante e não circulante | 2018 Total das receitas brutas do exercício | 2018 Lucro (prejuízo) líquido do exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AutoBAn | 3.562.571 | 3.063.086 | 2.307.620 | 765.599 | 3.668.683 | 3.194.015 | 2.254.132 | 687.523 |
| Inovap 5 | 861 | 181 | - | (159) | 874 | 35 | - | (96) |
| RodoAnel Oeste | 2.263.535 | 953.040 | 327.747 | 16.063 | 2.250.455 | 1.689.885 | 291.732 | (7.171) |
| SPVias | 1.812.874 | 1.545.709 | 703.870 | 161.059 | 1.936.963 | 1.645.975 | 681.096 | 140.377 |
| ViaOeste | 1.014.395 | 767.533 | 1.051.573 | 316.734 | 1.250.425 | 1.005.027 | 1.033.952 | 301.585 |
| Renovias | 256.865 | 105.244 | 466.142 | 182.423 | 206.693 | 133.293 | 452.570 | 165.110 |
| | 8.911.101 | 6.434.793 | 4.856.952 | 1.441.719 | 9.314.093 | 7.668.230 | 4.713.482 | 1.287.328 |

**10. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 05 de janeiro de 2019, foi realizada a integralização de capital social no montante de R$ 6.000. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.627.444, compostos por 1.627.444 ações ordinárias e sem valor nominal. Em 2018, R$ 1.621.444, composto por 1.621.444 ações ordinárias e sem valor nominal. **b. Reserva lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Contudo a Lei permite deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. **c. Reserva de capital: Ágio subscrição de ações:** Em 29 de outubro de 2018, foi constituída reserva de capital no valor de R$ 486.435 em percentual equivalente a 30% do aumento de capital realizado, conforme previsão legal contida no parágrafo único do artigo nº 14 e na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo nº 182, da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.). **d. Transação de capital entre acionistas:** Em 29 de outubro de 2018 a Companhia recebeu via transferência o ágio em transação de capital no valor de R$ 26.409 relativo ao ágio do RodoAnel. **e. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 29 de abril de 2019, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2018 no montante de R$ 263.822. O pagamento foi realizado em 29 de abril de 2019. Em 29 de outubro de 2019, foi aprovado através da Reunião do Conselho de Administração (ARCA) o pagamento de dividendos intermediários no valor de R$ 4.999 e R$ 893.576 à totalidade dos lucros apurados entre 1° de janeiro e 30 de setembro de 2019. A Administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 360.968, a serem aprovados na AGO de 2020. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

| | 2019 |
|---|---|
| Lucro do exercício | 1.283.152 |
| (-) Constituição de reserva legal | (1.798) |
| Lucro ajustado | 1.281.354 |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado | 320.339 |
| Juros sobre capital próprio pagos | 26.810 |
| Dividendos pagos | 893.576 |
| Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos | 920.386 |

**f. Juros sobre capital próprio:** Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R$ 26.810, pagos em 20 de dezembro de 2019.

**11. Resultado financeiro**

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Despesas Financeiras** | | |
| Taxa, comissões e outras despesas financeiras | (4.517) | - |
| | (4.517) | - |
| **Receitas Financeiras** | | |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 2.132 | - |
| | 2.132 | - |
| **Resultado financeiro líquido** | (2.385) | - |

**12. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como, análise de risco, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria**

| | 2019 Valor justo através do resultado | 2019 Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | 2018 Valor justo através do resultado | 2018 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado | 2018 Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e bancos | 13 | - | 1 | - | - |
| Aplicações financeiras | 22.434 | - | - | - | - |
| Partes relacionadas - AFAC | - | - | - | 742.862 | - |
| Dividendos a receber | - | - | - | 26.713 | - |
| **Passivos** | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | (213) | - | - | - |
| Contas a pagar - partes relacionadas | - | (20) | - | - | (22.680) |
| Dividendos a pagar | - | - | - | - | (89.607) |
| | 22.447 | (233) | 1 | 769.575 | (112.287) |

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. • **Fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas, partes relacionadas - AFAC, dividendos a receber e dividendos a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

**Hierarquia de valor justo:** A Companhia e suas controladas possuem os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Nível 2:** | | |
| Aplicações financeiras | 22.434 | - |

**Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros :** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro:

| Operação | Risco | Exposição em R$ (4) e (5) | Efeito em R$ no resultado - Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|---|---|---|---|---|---|
| Aplicação financeira (Menkar II) (3) | CDI (2) | 22.434 | 971 | 1.214 | 1.456 |
| Total do efeito de ganho ou (perda) | | | 971 | 1.214 | 1.456 |
| Efeito sobre as aplicações financeiras | | | 971 | 1.214 | 1.456 |
| Total do efeito de ganho ou (perda) | | | 971 | 1.214 | 1.456 |
| A taxas de juros considerada foi (1): | | | | | |
| | | CDI (2) | 4,40% | 5,50% | 6,60% |

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo; (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3/CETIP; (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

**13. Demonstração dos fluxos de caixa: a. Reconciliação das atividades de financiamento**

| | Dividendos a pagar | Capital Social | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo Inicial | (89.607) | (1.621.444) | (1.711.051) |
| **Variações dos fluxos de caixa de financiamento** | | | |
| Pagamentos de principal e juros | - | - | - |
| Dividendos pagos | 1.278.814 | - | 1.278.814 |
| Integralização de capital | - | (6.000) | (6.000) |
| **Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento** | 1.278.814 | (6.000) | 1.272.814 |
| **Outras variações** | | | |
| Outras variações que não afetam caixa | (1.189.207) | - | (1.189.207) |
| **Total das outras variações** | (1.189.207) | - | (1.189.207) |
| Saldo Final | - | (1.627.444) | (1.627.444) |

**14. Eventos subsequentes: • Coronavírus:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nas investidas, e por consequência, no valor dos investimentos, do resultado de equivalência patrimonial e dividendos a receber, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais das investidas para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável das investidas. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira das investidas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia (CCR S.A.) instalou comitê de crise, o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo. Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora CCR, em 28 de março de 2020, verificou-se no período de 13 a 26 de março de 2020 e no período de 1º de janeiro a 26 de março de 2020, em comparação com mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos nas investidas:

| MARÇO | Veículos Equivalentes - 13 a 02/abr/2020 x 13 a 02/abr/2019 - Passeio | Comercial | Total | 01/jan/2020 a 02/abr/2020 x 01/jan/2019 a 02/abr/2019 - Passeio | Comercial | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CCR INFRA SP | -41,6% | -2,3% | -21,9% | -8,4% | 1,4% | -3,7% |
| AutoBAn | -43,9% | -1,2% | -21,3% | -8,1% | 2,8% | -2,5% |
| ViaOeste | -40,7% | 2,0% | -23,3% | -7,1% | 4,9% | -2,4% |
| RodoAnel | -38,1% | -4,3% | -22,9% | -9,9% | 1,1% | -5,1% |
| Renovias | -46,9% | -6,5% | -28,6% | -10,3% | 1,4% | -5,2% |
| SPVias | -35,1% | -5,4% | -13,9% | -6,9% | -5,7% | -6,1% |

**Composição do Conselho de Administração**

Leonardo Couto Vianna - Presidente do Conselho — Eduardo de Toledo - Conselheiro

**Composição da Diretoria**

Fábio Russo Corrêa - Diretor-Presidente — Ana Luiza Borges Martins - Diretora

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Infra SP Participações e Concessões S.A.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Infra SP Participações e Concessões S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra SP Participações e Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, foi celebrado por sua controladora e determinadas empresas do Grupo CCR, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento"). Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia, sua controladora e determinadas empresas do Grupo CCR, não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes — CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino — Contador CRC 1SP196907/O-7

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 474 10 a 17 de abril de 2020

## Importados

# Novo Mercedes-Benz GLE

O conforto, alto desempenho e esportividade da família GLE ganha uma nova geração, com motorização a diesel e nova versão AMG para os apaixonados pela linha SUV da Mercedes-Benz. O modelo passa a contar com sete lugares e se destaca por ser o primeiro SUV no mercado brasileiro a oferecer ajuste elétrico nos bancos da segunda fileira, garantindo ainda mais conforto aos seus passageiros. A versão AMG, que inaugura a motorização 53 entre os SUVs da marca, conta com a tecnologia EQ Boost, proporcionando mais eficiência e potência.

O conceito Modern Luxury da Mercedes-Benz dentro e fora da estrada. Esta é a principal mensagem trazida pelo design do novo GLE. Um sistema de tração integral totalmente variável (torque sob demanda) é oferecido pela primeira vez para veículos com motores de seis cilindros. Isso torna o novo GLE ainda mais ágil e seguro nas estradas.

O novo GLE tem coeficiente aerodinâmico começando em 0,29, o melhor no seu segmento. A excelente aerodinâmica do modelo é uma contribuição fundamental para o baixo consumo de combustível no dia a dia. Uma série de detalhes foi otimizada com o auxílio de vários circuitos computacionais, simulações CAE (engenharia auxiliada por computador, sigla em Português) e medições realizadas em um túnel de vento em Sindelfingen, na Alemanha.

O interior do novo GLE ressalta o contraste entre o ambiente luxuoso e elegante de um sedã Mercedes-Benz e os recursos robustos e progressivos de um SUV da marca. O elemento central no design do painel é uma unidade esportiva e elegante do cockpit incorporada a um impressionante suporte para o painel, que flui para os painéis das portas e o elemento de acabamento integral também se estende pelas áreas do motorista e do passageiro da frente, indo de encontro às portas.

O console central se destaca e cria um contraste robusto com a aparência flutuante do painel. Como uma característica típica dos off-road, o modelo traz duas alças de destaque no console central. Além da boa ergonomia, as superfícies de couro criam um aspecto moderno e luxuoso no interior do veículo. Todos os controles e telas apresentam um novo design. O novo volante esportivo, com seu impressionante design de raio esculpido, acentua a aparência robusta e elegante do interior do SUV.

Ainda mais espaço: o novo GLE 400 d tem uma distância entre eixos consideravelmente mais longa que seu antecessor, o que garante significativamente mais espaço, especialmente para os passageiros na fila traseira. O espaço para as pernas na segunda fila de bancos aumentou 69 mm em comparação com seu antecessor, contando agora com 1045 mm. Com isso, o espaço e o conforto de entrada na primeira fila foram melhorados.

O modelo passa a contar com uma terceira fileira de bancos, o que permite o veículo ter sua ocupação ampliada para sete passageiros, característica inédita na família GLE. Outra novidade do modelo é o ajuste elétrico para os assentos da segunda fileira de bancos, função inédita no mercado de SUVs no País.

Teto solar ampliado que traz o dia para o interior do veículo: seja aberto ou fechado, o teto solar panorâmico do novo GLE proporciona uma maravilhosa sensação de liberdade, que permite os ocupantes desfrutarem de um ambiente naturalmente iluminado. Quando visto de fora, o grande teto solar deslizante também causa uma impressão visual única, que garante elegância, leveza e exclusividade ao modelo.

Máximo da potência em um sistema de som que impressiona: a experiência de viajar no novo GLE aguça todos os seus sentidos. O modelo está equipado com o sistema de som surround Burmester, contando com 13 speakers e um total de 590 watts, que proporcionam aos amantes de música uma sensação acústica incomparável.

**MBUX agora com o Interior Assistant:**

O GLE está equipado com a última geração do sistema multimídia MBUX - Mercedes-Benz User Experience, que permite uma ampla gama de funções no interior do veículo, trazendo mais conforto e conectividade ao condutor. As melhorias em relação às versões anteriores da tecnologia incluem duas grandes telas de 12,3" como padrão, dispostas lado a lado para uma aparência impressionante em tela ampla. As informações do painel de instrumentos e da exibição da mídia são facilmente legíveis nos visores grandes e de alta resolução. A exibição de elementos de maneira atraente ressalta a compreensibilidade da estrutura de controle intuitiva e impressiona com a qualidade de imagem.

O sistema de navegação do novo GLE pode ser acessado de forma mais realística. Agora, o modelo conta com realidade ampliada durante a navegação de mapas. Uma câmera localizada na região frontal do automóvel interpreta as direções indicadas no mapa e orienta o condutor a partir da imagem real das ruas projetadas na tela do interior do veículo.

Para trazer ainda mais conforto e praticidade aos ocupantes do novo GLE, o modelo conta com o inovador interior assistant, que proporciona, entre outras funções, o acendimento das luzes internas do veículo a partir do reconhecimento de gestos em determinadas direções, sendo capaz de diferenciar con-

dutor e passageiro.

O novo GLE está equipado com o Head-up display, que permite que o condutor mantenha uma visão geral das principais informações do painel de instrumentos sem tirar os olhos da estrada. Ele projeta uma imagem virtual no campo de visão do motorista, que parece flutuar cerca de 2 metros à sua frente do veículo, acima do capô do motor.

O pacote de estacionamento conta com uma câmera 360° que oferece dinamismo e praticidade nas manobras de estacionamento, principalmente por se tratar de um SUV grande. O assistente de saída também se destaca neste modelo. Nele, o radar do veículo identifica a movimentação de motocicletas e bicicletas que se aproximam da região das portas no momento da sua abertura. Um alerta anuncia a presença no momento em que o condutor aciona a aberturta das poras, impedindo a colisão.

Para ampliar o conforto ao acessar o veículo, a tecnologia KEYLESS-GO dispensa o contato da chave do novo GLE para o destravamento das portas e até mesmo no momento da partida do automóvel. Além disso, a função hands-free permite a abertura do porta malas a partir do posicionamento de um dos pés na parte inferior traseira do veículo. Para seu fechamento completo, o cliente conta ainda com o EASY-PACK que a partir de um unico toque é possível acionar o fechamento da porta traseira do automóvel.

**Novo Mercedes-AMG GLE 53 4MATIC+**

Outra novidade no portfólio da marca neste primeiro trimestre de 2020 é o Mercedes-AMG GLE 53 4MATIC+. O modelo inaugura uma nova motorização na família dos SUVs no Brasil. O veículo combina um motor 53 de seis cilindros em linha com a esportividade, elegância e toda a tecnologia típica dos automóveis Mercedes-Benz.

O visual do novo Mercedes-AMG GLE 53 4MATIC+ impressiona pela sua exclusividade, esportividade e aparência progressiva. Graças à grade do radiador específica da AMG, é imediatamente identificado como parte da linha de esportivos da marca.

O novo Mercedes-AMG GLE 53 4MATIC+ está equipado com tração integral totalmente variável. A direção inteligente liga de maneira variável o eixo traseiro acionado permanentemente ao eixo dianteiro e calcula continuamente a distribuição ideal de torque, dependendo da situação de direção e dos desejos do condutor. A tração nas quatro rodas melhora, assim, a dinâmica longitudinal, bem como a dinâmica de tração e lateral. O resultado é uma aceleração ainda mais potente.

A direção hidráulica eletromecânica sensível à velocidade tem uma proporção variável no novo GLE 53. Além disso, a assistência ao volante é ajustada nos dois estágios "Comfort" ou "Sport". A configuração é ativada automaticamente com base no programa do inversor AMG DYNAMIC SELECT escolhido. Opcionalmente, eles podem ser personalizados a qualquer momento no programa de acionamento "Individual".

Discos de freio integrais perfurados e ventilados internamente de 400 x 36 mm são usados no eixo dianteiro, além de pinças fixas de 2 pistões pintadas em prata com letras AMG pretas. Na traseira, os discos de freio integrais com ventilação interna medem 345 x 25 mm e possuem uma pinça flutuante de um pistão.

O GLE 53 4MATIC+ possui diferentes programas de acionamento, como Comfort", "Sport", "Sport+" e "Individual". O AMG DYNAMIC SELECT adapta parâmetros importantes, como a capacidade de resposta do motor e da transmissão, a curva característica do acelerador e da direção, o amortecimento da suspensão ou mesmo o som do veículo. Selecionados usando o botão de rolagem no console central ou os botões do volante AMG, os programas são visualizados no painel de instrumentos e no visor multimídia.

Os modelos Mercedes-Benz GLE 400 d e Mercedes-AMG 53 4MATIC+ podem ser encontrados em toda rede de concessionários do Brasil com preços sugeridos de R$ 465.900 e R$ 544.900, respectivamente.

## Nacionais

# SUV Volvo blindado

A Volvo Car Brasil passa a oferecer ainda mais facilidades para o cliente no momento da compra do veículo. O cliente poderá adquirir o veículo blindado diretamente na concessionária, com todos os documentos e certificações inclusos.

O projeto foi desenvolvido em uma parceria realizada pela Volvo Cars, EDAG e Carbon Blindados, considerada uma das maiores blindadoras de veículos civis e líder de mercado no Brasil, que será a responsável pela aplicação da blindagem.

Para tornar o processo ainda mais eficiente, foram realizadas melhorias na aplicação de materiais selecionados com novo posicionamento e sobreposição, redimensionamento dos vidros, instalação de molduras de aço balístico reforçando as portas, proteção extra contra disparos em diferentes ângulos, reforço nos mecanismos de levantamento de vidros e tampa do porta-malas para garantir a funcionalidade, entre outros.

Para atender às novas demandas, a Carbon Blindados criou uma linha de produção dedicada exclusivamente para a Volvo e investiu em treinamento específico para seus operadores.

Com cobertura completa de todos os componentes durante todo o período de garantia do veículo, a blindagem é certificada no Brasil e os modelos XC40, XC60 e XC90 blindados já estão disponíveis para compra em todas as concessionárias do país.

Para garantir a segurança dos veículos após a blindagem, foram feitos diversos testes para garantir que a performance e funcionalidade do carro não sofressem alterações.

Todo o processo demandou mais de 15.000 horas de desenvolvimento e 960 horas de testes balísticos. Foram realizados mais de 1.500 disparos, conforme norma ABNT 15000-2 com controle de velocidade e posição do projetil para garantir a máxima quantidade de energia no momento do impacto com o veículo. A parte balística foi certificada pela Beschussamt Ulm, autoridade alemã em testes balísticos, comprovando a eficiência da blindagem em todos os calibres homologados para o nível III-A da norma NIJ 0108.01 em conjunto com a norma VPAM BR 2009 (regulamentação para o mercado europeu).

Para garantir a máxima qualidade dos veículos após a blindagem, foram realizados testes em campos de prova para atestar a dinâmica e performance do veículo com a blindagem, testes de ciclagem dos vidros e tampa do porta-malas elétrica para atestar a durabilidade, testes de ruído e câmara fria e testes dos principais dispositivos de segurança, como disparo dos airbags.

A blindagem de aço de alta resistência que reveste o carro tem entre 2,5 mm e 3 mm de espessura; já a espessura do vidro pode ser de até 20 mm.

# Novo Range Rover Velar SVAutobiography

A Land Rover anuncia a chegada ao Brasil da versão exclusiva do Range Rover Velar, a SVAutobiography. A nova configuração traz mais performance, luxo e exclusividade ao SUV mais bonito do mundo, mantendo a elegância da linha Range Rover, pelo preço sugerido de R$ 565.000.

Desenhada para ser o topo de linha do Velar, o SVAutobiography foi desenvolvido pela Land Rover Special Vehicle Operation e é impulsionado pelo motor 5.0l V8 sobrealimentado, produzindo 550 cv e 68 kgfm de torque, além de uma série de aprimoramentos ao design.

O Velar ganhou o prêmio World Car Design of the Year no World Car Awards de 2018 e é o segundo modelo da família Range Rover a receber tal reconhecimento, ao lado do Range Rover SVAutobiography, lançado em 2017.

Com motor superalimentado de oito cilindros, o Velar mais potente da linha vai de 0-100 km/h em 4,5 segundos e atinge os 274 km/h, mantendo seus ocupantes com conforto.

Os novos freios e componentes da suspensão, aliados à configuração do trem de força e aos sistemas de segurança, fazem do SVAutobiography um carro de performance com a capacidade de ir para qualquer lugar e superar qualquer terreno.

No exterior, o SUV médio premiado inclui novo para-choque dianteiro com entradas de ar maiores para alimentar o motor V8 e resfriar o novo sistema de frenagem. A nova grade dianteira e as molduras laterais combinam com o para-choque traseiro revisado, que abriga as quatro saídas de escape esportivas.

As mudanças no exterior continuam na parte inferior do carro, com o túnel de transmissão coberto, permitindo que o Velar alcance velocidades mais altas, cortando o ar com mais eficiência.

As novas rodas de alumínio forjado de 22 polegadas reforçam o posicionamento voltado para o desempenho do Velar, aumentando o contato com o asfalto e acomodando os discos de freio maiores. São 395 mm para os discos dianteiros e 396 mm para os traseiros, todos construídos em duas peças, otimizando o peso. O novo design também auxilia na dissipação do calor produzido pelo conjunto de frenagem, principalmente em situações de condução em pista ou em altas velocidades.

O exterior do Velar combina com a sensação de luxuosidade dentro da cabine, concebida cuidadosamente com uma combinação de acabamentos e estofados exclusivos. O couro Windsor, com costura dupla, perfurado e acolchoado, é único para o SVAutobiography e realça o luxo e requinte do interior. Estão disponíveis quatro combinações de cor para os assentos (Ebony, Cirrus, Vintage Tan e Pimento) e a versão conta, de série, com bancos elétricos com 20 ajustes de posição, função de massagem, aquecimento, resfriamento e memória.

Os toques especiais no interior se estendem ao volante esportivo, que conta com borda costurada e paddle shifts em alumínio. Na parte inferior do painel, o seletor de marcha rotativo e circular está integrado com o sistema de entretenimento Touch Pro Duo. O pacote opcional de fibra de carbono acrescenta uma sensação mais contemporânea à cabine, com uma trama em aço diferenciada, além de pedaleiras em aço e soleiras em alumínio retroiluminadas com inscrição Range Rover.

O trabalho da Special Vehicle Operations ficou focado em entregar um desempenho maior, mantendo a renomada capacidade dos modelos da Land Rover de superar qualquer terreno. Além da reprogramação eletrônica profunda, foram adicionadas novas barras estabilizadoras, para reduzir o rolamento em curvas, e conjunto de suspensão revisado com amortecedores de ajuste variável, trabalhando com novas molas mais firmes, entregando o melhor em equilíbrio, postura e conforto.

O sistema de tração nas quatro rodas foi remodelado com uma nova caixa de transferência capaz de suportar as cargas maiores produzidas pelo motor 5.0l V8 superalimentado. O sistema avançado de Intelligent Driveline Dynamics distribui precisamente – e de forma imperceptível – o torque do motor para se adaptar às condições adversas. A configuração pode enviar até 100% da potência para o eixo traseiro, dependendo da ocasião. Os engenheiros da Land Rover Special Vehicle Operations passaram 63.900 horas configurando a calibragem única do Velar SVAutobiography, otimizando a dirigibilidade, a dinâmica e o tempo de resposta.

O caráter único do Velar SVAutobiography também é refletido no sistema de escape, que promove uma trilha sonora que combina perfeitamente com o desempenho do modelo. O sistema da SV de escape variável ativo conta com válvulas para otimizar as notas de som, variando de acordo com as condições de direção e promovendo um ronco do V8 inconfundível. O conjunto de exaustão do SVAutobiography é 7,1 kg mais leve que o utilizado na linha e o seu fluxo de ar é maior, ajudando nas melhorias de performance do modelo.

O Velar SVAutobiography é diferenciado, como nenhum outro SUV, mas esta versão, focada em desempenho, é tão prática quanto as outras disponíveis na linha. A capacidade generosa do porta-malas não foi alterada, assim como a flexibilidade de divisão do banco traseiro, na configuração 40:20:20, permitindo que os ocupantes alterem a capacidade de carga, de acordo com necessidade.

O novo Range Rover Velar SVAutobiography está disponível em seis cores externas: Firenze Red, Santorini Black, Eiger Grey, Fuji White, Indus Silver e Byron Blue, cor com acabamento fosco.

# Fiat apresenta Nova Strada

A Fiat Strada é um veículo tão emblemático no mercado brasileiro que há meses vem movimentando a internet em torno das imagens divulgadas pela marca da nova geração da picape.

Com a expectativa criada pelo lançamento do modelo, previsto para o segundo semestre no País, a Fiat aproxima ainda mais o consumidor do campeão de vendas em um site exclusivo para apresentar as inovações que, mais uma vez, vão revolucionar o segmento.

A página oficial (www.fiat.com.br/novastrada.html) leva mais informações, por exemplo, sobre a primeira picape compacta do mundo com quatro portas e cinco lugares. O modelo apresenta faróis em LED e quatro airbags de série na configuração cabine dupla, além de E-Locker - Controle de Tração Avançado (TC+), controle de estabilidade e assistente de partida em rampa em todas as versões na nova picape, para citar apenas alguns dos equipamentos.

Os clientes que tiverem interesse em receber mais informações sobre a Nova Strada poderão se cadastrar no site para, periodicamente, receber novidades do modelo. Eles poderão ser os primeiros a reservá-la para compra nos próximos meses.